

UMA ESTRANHA NOÇÃO DE CIÊNCIA: REPERCUSSÕES DO PENSAMENTO EUGENICO NO BRASIL

CARLOS ALBERTO CUNHA MIRANDA
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Este artigo se propõe a realizar um estudo sobre o processo de consolidação das doutrinas raciais européias no século XIX e, particularmente, da assimilação do pensamento eugênico no Brasil, no século XX. Baseado nas idéias de Francis Galton, o médico psiquiatra Renato Khel fundou a Sociedade Eugênica de São Paulo, no ano de 1918, usando argumentos que serviram de base para explicar biologicamente a situação de atraso em que se encontrava a população brasileira e propondo, juntamente com outros teóricos, a busca de uma possível harmonização de um tipo nacional, tendo em vista acelerar o “branqueamento” da sociedade.

Palavras-chave: Eugenia; Racismo; Sociedade

Abstract: This article intends to study the process of the establishment of european racial doctrines in 19th century and specially of the assuming of eugenic thought in Brazil in the 20th century. Based on Francis Galton's ideas, the psychiatrist Renato Khel founded Sociedade Eugênica de São Paulo in 1918 making use of statements which enabled him to explain biologically the “delay” of Brazil's population and proposing, with other thinkers, the seek of a possible harmonization of a national “type”, aiming to enhance a social “whitening”.

Key words: Eugenics; Racism; Society

De Darwin ao Eugenismo de Galton

A preocupação em selecionar a espécie humana esteve presente desde a Antiguidade. Em Esparta, o legislador Licurgo eliminava todos os recém-nascidos portadores de deficiência física ou mental, lançando-os de cima do monte Taigeto. Aristóteles e Platão anunciavam a necessidade de estimular os casamentos de indivíduos considerados superiores.¹ Porém, apenas no XIX esse pensamento se torna uma questão científica e política, sendo denominado “Eugenia” por Francis Galton.

No ano de 1798, o livro *Ensaio sobre o princípio da população*, do economista e também pastor protestante Thomas Robert Malthus, foi publicado, obtendo uma grande repercussão entre os economistas do século XIX. Assumindo prognósticos alarmistas, Malthus anunciava que a população aumentava em proporções geométricas, ao passo que a quantidade de meios de subsistência progredia aritmeticamente. Dessa forma, no domínio do mundo animal ocorreria uma luta pela vida e o desaparecimento dos indivíduos menos dotados. Ainda em seus escritos, o economista afirmava que se a humanidade quisesse escapar da ameaça da guerra, fome e miséria, deveria restringir a natalidade, através do que ele chamava de “coibição moral”, isto é, pelo celibato ou pela demora voluntária em contrair matrimônio.

No século XIX, Darwin, apesar de ter utilizado as idéias de Malthus, desenvolveu-as de forma diferente. Para ele, a luta pela vida conduz a seleção natural pela qual as espécies se transformam, aperfeiçoando-se constantemente e os indivíduos mais forte sobrevivem, enquanto os fracos sucumbem. Assim, o naturalista inglês introduziu a idéia de melhoria com mudanças e de progresso, enquanto Malthus a de fatalidade inerente à humanidade, remediável, sobretudo, através da ordem moral.

Na segunda metade do XIX, com o desenvolvimento da biologia, o discurso científico-político passa a ser ordenado. É a partir dessa época que surgem as doutrinas “biológico-político-social” – o darwinismo social, defendendo um liberalismo extremo, por meio da seleção natural que conduzia um processo de eliminação dos membros menos competitivos; o eugenismo negativo, tendo em vista impedir a multiplicação dos indivíduos supostamente “inferiores”; e o positivo

incentivando uma melhoria da sociedade através da reprodução dos indivíduos considerados “superiores”.

No contexto ideológico, o darwinismo social e a eugenia sempre estiveram associados a propósitos racistas e serviram como justificativas “científicas” para promover a expansão imperialista européia na Ásia e na África. Essas três concepções estiveram também presentes durante a vigência dos regimes totalitários europeus na primeira metade do século XX, especialmente na Alemanha Nazista, onde ocorreu a exclusão e a eliminação de indivíduos “inferiores” resultantes das decisões dos julgamentos sumários realizados pelos tribunais eugênicos. Os métodos utilizados pelas autoridades nazistas consistiam na prática da eutanásia em hospitais públicos e no confinamento e assassinato de pessoas consideradas “incapazes” em campos de concentração espalhados por toda Alemanha.

A codificação das idéias eugênicas tem início quando o inglês Francis Galton (1822-1911), depois de conhecer o livro *A Origem das Espécies por meio da Seleção Natural*, uma das obras mais importantes do pensamento ocidental, escrita pelo seu primo Charles Darwin, tornou-se um fervoroso adepto das idéias evolucionistas. Seguindo os passos de Darwin, procurou formular idéias que permitissem um aperfeiçoamento da “raça” humana a partir de estudos biológicos.

Após abandonar a medicina, aproximou-se dos estudos da geografia e da matemática e, ao receber um convite da Sociedade Real de Geografia, realizou expedições ao Egito, Síria e, posteriormente, a outras regiões da África que estavam sob o domínio inglês. De suas observações e anotações sobre os caracteres físicos dos habitantes das regiões visitadas, presumiu que a variação entre os homens, tanto no aspecto físico como no mental, além de serem diferenciadas poderiam ser herdadas. Ante esses questionamentos, o cientista inglês conjecturou que as “raças humanas” poderiam ser melhoradas, assim como faziam os criadores de gado utilizando a seleção artificial. Para alcançar seus objetivos, formulou as idéias eugênicas e os princípios da eugenia, com a finalidade de selecionar homens e mulheres “talentosos” que, depois de acasalados, geração após geração, acabariam por da origem a uma “raça de homens excepcionalmente bem dotada”.²

No ano de 1868, com a publicação da *Varição dos Animais e das Plantas na Domesticação*, Darwin levanta a sua hipótese genética. Utilizando-se da segunda lei de Lamarck, de que os caracteres adquiridos são transmissíveis por herança, partiu do pressuposto que os órgãos do corpo humano segregavam pequenas partículas hereditárias capazes de atravessar as membranas e que teriam a propriedade de se multiplicar por divisão. Essas partículas individualmente diferenciadas receberam a denominação de gêmulas. As diferentes células do corpo as receberiam durante o seu desenvolvimento embrionário e depois se multiplicariam durante todo o tempo em que as células ainda não tivessem adquirido uma diferenciação definitiva. Com a multiplicação por divisão, as gêmulas eram transmitidas da célula-mãe para a célula-filha. As células do corpo, por sua vez, enviariam uma parte destas gêmulas às glândulas sexuais através do sangue. Explicava Darwin que essas glândulas receberiam, sob forma de gêmula, todos os caracteres anatômicos e fisiológicos das células dos seus representantes. Assim, o filho herdaria todos os caracteres de seus pais, inclusive doenças e até mesmo verminoses. Dessa forma, cada genitor transmitiria ao filho a totalidade de suas informações biológicas.

Entretanto, Galton não estava inteiramente convencido de que as características adquiridas poderiam ser herdadas pelo homem. Com o objetivo de analisar e comprovar a teoria da pangênes de Darwin, realizou transfusões de sangue entre coelhos de cores diferentes e verificou que a mistura não tivera qualquer resultado na cor das crias. Desacreditando a teoria de Darwin, Galton comprovou que as gêmulas não poderiam ser uma explicação segura para os fenômenos da hereditariedade.

Em 1869, desenvolveu sua teoria eugênica no livro “Hereditary Gennius” (Gênio Hereditário). Esse escrito trata de um estudo sobre as quatrocentas famílias consideradas mais notáveis da Inglaterra. Galton acreditava que, por meio de políticas públicas, era possível produzir “homens superiores”, em gerações consecutivas, pela escolha de casamentos adequados entre os cônjuges melhores dotados fisicamente e mentalmente. Em seus estudos, empenhava-se em demonstrar que os caracteres mentais, principalmente a inteligência, eram hereditários, assim como os físicos. Seguindo essas idéias, o biólogo inglês propunha que o eugenismo, na sua ação social, deveria também se revestir de um

aspecto positivo: por um lado, aventava a possibilidade de restringir a multiplicação dos indesejáveis e, por outro, melhorava a “raça”, favorecendo a fecundação dos mais capazes. Desse modo, a grande preocupação do cientista inglês era com o possível desaparecimento da “raça considerada superior”, ou seja, a elite inglesa.

Galton, juntamente com seu principal colaborador, Karl Pearson (1857-1936) também idealizou a biometria na qual propunha, através de um sistema de coeficientes numéricos e métodos estatísticos, medir os caracteres hereditários físicos e mentais, especialmente a inteligência. Segundo ele, “o nível médio da raça dos negros era inferior de “dois graus” à raça branca, e o da raça australiana o era de três graus.”³ Propondo a seleção artificial dos mais bem dotados, o cientista inglês acreditava que, só assim, a sociedade ficaria livre da miséria, dos vagabundos, criminosos e portadores de doenças mentais. Da mesma forma que se poderia também expurgar os “indesejáveis” da sociedade, Galton acreditava que era possível planejar novas introduções no gênero humano. Em 1883, no seu trabalho “Inquiries into Human Faculty and its Development” (A Faculdade Humana), Galton se utiliza de algumas idéias da teoria da pangêneses de Darwin.⁴ Nessa obra, ele utiliza, pela primeira vez, a palavra eugenia que, em grego, significa “bem nascido”.

Em virtude da boa repercussão de seus escritos em vários países da Europa e dos Estados Unidos, Galton montou, em Londres, o Laboratório Antropométrico, instalado na grande Exposição Internacional de Saúde no ano de 1884. Segundo Miller, o seu funcionamento ocorria da seguinte maneira: Por alguns xelins, uma pessoa comprava o direito de entrar no laboratório, onde um zeloso funcionário, utilizando instrumentos adequados, media, entre outras coisas, a altura, o peso, a força muscular, a audição, a vista, a capacidade respiratória do indivíduo etc. Os visitantes seguiam em fila, por um estreito corredor, em que as suas fichas iam acumulando informações. Ao término do exame, o visitante recebia uma avaliação final. Depois de acumular essas informações, transformou-as, posteriormente, em mapas e gráficos estatísticos facilmente manipuláveis que, segundo ele, possibilitariam a criação de mecanismos que favoreceriam o melhoramento de gerações futuras. Foram realizadas mais de nove mil análises coletadas dos visitantes do evento⁵.

Prosseguindo com suas pesquisas, criou, em 1904, a “Eugenics Records Office”, anexa à Universidade de Londres, onde passou a estudar assuntos ligados às questões da evolução humana e da hereditariedade. Em 1908, foi fundada por Galton a “Eugenics Education Society”, cuja presidência era ocupada por Leonard Darwin (filho de Charles Darwin). Uma das principais propostas dessa sociedade era provocar a união de cientistas e políticos em torno de um comitê internacional com o objetivo de realizar estudos e pesquisas para a elaboração de um “arcabouço científico” para respaldar suas idéias. Essa proposta foi concretizada com a realização de dois importantes congressos internacionais. O primeiro, o “First Internacional Eugenics Congress”, na Inglaterra, em 1912, sob o patrocínio da Universidade de Londres, teve presença marcante de americanos. Nesse evento, partiu a iniciativa de se criar uma sociedade eugênica na França. Assim, em 22 de dezembro do mesmo ano, é fundada a Société Française d’Eugénique que, posteriormente, passou a publicar, periodicamente, a revista “Eugénique”. A sociedade era presidida por Edmond Perrir, tendo na vice-presidência o professor da Universidade de Paris Charles Richet, premiado com o Nobel de Medicina em 1913. O Segundo Congresso Internacional de Eugenia, ocorrido em setembro de 1921, em Nova York, sob a presidência de Alexander Graham Bell, foi enriquecido por dogmas racistas e dominado pelos preceitos biológicos americanos.

Faz-se importante ressaltar a teoria do monge Agostiniano Gregor Johan Mendel (1822-1884) sobre o mecanismo da reprodução sexual, que muito veio a reforçar as idéias de Darwin na época. No jardim do mosteiro de São Tomás de Brunn, Mendel, considerado o pai da genética, realizou o cruzamento de diversas classes de ervilhas. Como resultado de seus estudos, propôs um modelo de hereditariedade extremamente simples e, ao mesmo tempo, surpreendente para esclarecer as investigações relacionadas com os experimentos de cruzamento de plantas e animais. No final do século XIX e início do XX, a teoria mendeliana foi de grande valia para que médicos e cientistas passassem a investir em suas pesquisas sobre a questão da hereditariedade. Na época, ocorreu na Europa e nos Estados Unidos uma proliferação de instituições, laboratórios e publicações com o objetivo de reforçar as crenças daqueles que acreditavam que os caminhos da regeneração humana poderiam

ser possível por meio de medidas eugênicas. Posteriormente, os efeitos da divulgação dessas pesquisas repercutirão, sobremaneira, no meio científico do Brasil.

No Início do século XX, os estudos da Genética se desenvolveram de forma extraordinária, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Inúmeros médicos, naturalistas, zoólogos e botânicos dirigiram suas investigações para as questões da hereditariedade. Entretanto, a redescoberta das importantes leis de Mendel só foi possível em 1900, através de estudos independentes de três botânicos: Hugo de Vries da Bélgica, Karl Correns da Alemanha e Erich Tschermak da Áustria que, separadamente, alcançaram os mesmos resultados obtidos por Mendel aproximadamente trinta anos antes.

Até as duas primeiras décadas que antecederam o século XX, as idéias sobre hereditariedade eram muito vagas. Quando se descobriu a complexa estrutura do mecanismo dos cromossomos no interior do núcleo, o biólogo alemão August Weismann (1834-1914) se mostrou céptico em relação à herança dos caracteres adquiridos. Em seus primeiros experimentos, cortou a cauda de várias gerações de ratos e observou que, nessas gerações de mutilados, não ocorreram modificação ou tendências deles em adquirir caudas. Essas experiências abalaram as concepções dos mecanismos hereditários propostos por Darwin e Lamarck.

Valendo-se da idéia da Seleção Germinal, Waissemann elaborou uma doutrina apoiada numa rigorosa predestinação biológica das espécies. Para ele, o plasma germinativo, hoje conhecido como gametas, é responsável pela transmissão dos caracteres ancestral e imutável pelo meio social. Assim, para Weisemann, uma espécie estará condenada a padecer lutando e nenhum esforço poderá salvá-la e, por conseguinte, nenhuma educação ou proteção social poderá remediar os defeitos inatos de qualquer família humana inferior, cujo destino fatal é ser eliminada. A ausência de uma seleção natural é responsável pela multiplicação de vícios e defeitos e conduz à degenerescência da espécie. Essa teoria fez da seleção natural a chave da evolução biológica como a única via de progresso possível e propiciou um reducionismo genético muito utilizado por inúmeros geneticistas até dos dias de hoje. Ao final de sua existência, August Weismann fazia parte do comitê de honra da Sociedade de Higiene Racial Alemã.

Apesar de o berço do eugenismo ser a Inglaterra, com a teoria de Galton e Pearson, foi nos Estados Unidos que o discurso eugênico se tornou, particularmente, vigoroso através de teóricos que procuravam justificar a hereditariedade da inteligência, tema fundamental para os eugenistas americanos. Os imigrantes e os negros foram os primeiros objetos de sua investida. A idéia propagada de que os grandes problemas sociais eram decorrentes da imigração favoreceu a rápida adesão de uma parcela significativa de médicos, intelectuais e políticos às idéias eugênicas norte americana. Para resolver o problema concernente à imigração, foi criada uma comissão encarregada de estudar os perigos de uma deterioração do patrimônio genético do país, tendo em vista a entrada na América de pessoas “racialmente inferiores”. O relatório oficial apresentado pelo psicólogo e conselheiro da Comissão, o prof. C.C. Brigham, trazia a seguinte observação: “O declínio da inteligência é ocasionada pela imigração dos negros e das raças alpinas e mediterrâneas”. Para preservar o “potencial inato” do homem americano, Brigham solicitou das autoridades que “a imigração seja não somente restritiva, mas também altamente seletiva”.⁶ Este relatório foi decisivo para a aprovação, por ampla maioria, pelo Congresso americano, de uma lei de imigração (Immigration Restriction Act de 1924) que viria impedir a entrada nos Estados Unidos de imigrantes “racialmente indesejáveis”. A aprovação dessa lei contou também com a estreita colaboração dos sindicatos americanos, receosos da concorrência da mão-de-obra estrangeira, e dos médicos eugenistas temerosos de que os “verdadeiros americanos” fossem suplantados por outras etnias “não assimiláveis”. O Immigration Act só foi modificado pelo Congresso norte-americano em 1962.⁷

É importante ressaltar que foi um grupo de psicólogos americanos que, deturpando as idéias do francês Alfred Binet (1857-1911), forneceu a base teórica para justificar a lei de restrições da imigração. Utilizando argumentos enganosos, criaram a teoria do QI hereditário que confundia as diferenças culturais com propriedades inatas. Esta teoria foi um dos temas mais explorados pelos eugenistas da época que procuraram justificar, com propósitos ideológicos, a existência de indivíduos mentalmente inferiores. O uso abusivo do conceito de herança biológica e a sua utilização política serviram, na época, como justificativas para demonstrar a inutilidade

de reformas sociais na América. Para os psicólogos eugenistas, não seria necessário o Estado gastar milhões de dólares com a educação de indivíduos considerados débeis e degenerados. Essa falsa idéia condenou muitos indivíduos a eternos párias da sociedade.

Três foram os precursores da teoria da hereditariedade do QI nos Estados Unidos: H.H. Goddard, que introduziu na América a escala de Binet e reificou seus resultados, atribuindo valores de inteligência inata; Lewis M. Terman, professor da Universidade de Stanford, que popularizou a aplicação do teste, transformando-os numa indústria poderosa e milionária. Acreditava Terman que a sociedade americana deveria ser dirigida por algumas lideranças portadoras de um alto QI; Robert R. Yerkes, que procurou justificar a teoria da hereditariedade do QI, aplicando o teste em 1.750.000 homens do exército americano durante a Primeira Guerra Mundial. Para ele, a idade mental dos brancos situava-se à beira da debilidade mental, essa conclusão foi atribuída à reprodução de indivíduos pobres e com problemas mentais, à miscigenação e à chegada de imigrantes do sul e do leste da Europa, principalmente italianos, russos e poloneses. Em relação aos negros, Yerkes concluiu que eles apresentavam a idade mental no extremo inferior da escala.

Os testes aplicados no exército não levaram em consideração as condições inadequadas para sua aplicação – acomodações dos militares em barracões estreitos e sem móveis com péssima acústica, iluminação e visibilidade precárias. Além do mais, fatores como o analfabetismo dos recrutas negros, o desconhecimento do idioma inglês por parte dos estrangeiros que utilizavam figuras e gestos para realizar o teste e o estado confuso e emocional dos soldados não foram considerados pela equipe de Yerkes, ávida por obter resultados que explicassem suas teorias eugênicas e racistas.⁸ O reconhecimento dos políticos e da comunidade científica americana em relação aos testes de QI aplicados no exército representou uma vitória dos eugenistas e serviu de justificativa para aprovação do Immigration Restriction Act de 1924 e a segregação racial, limitando o acesso dos negros ao ensino superior.

O preconceito racial dos brancos protestantes contra os americanos de origem africana e da Europa meridional, decididamente, contribuiu para que, nas duas primeiras décadas do século XX, fossem criadas várias associações eugênicas com o objetivo de proteger a raça

branca contra as “influências deletérias” destes estrangeiros. Entre as instituições de caráter eugênico e racista destacamos: Station for the Experimental Study of Evolucion, de Gold Springer Harbot (Long Island, Nova York), American Breedrs Association, American Genetic Association, Race Betterment Foundation, Eugenics Record Office e a American Eugenics Society.

Para os eugenistas americanos, duas medidas de defesa social deveriam ser postas em prática através de uma legislação própria: A restrição do casamento e a esterilização de “anormais”, delinquentes incorrigíveis, alcoólatras, epiléticos, etc. Na época, discutiram-se algumas questões de “caráter científico” para o cumprimento da legislação promulgada. Entre elas, questionava-se a dificuldade em fixar, com precisão, o grau de insuficiência mental ou física, a partir do qual se poderia, legitimamente, prever a deficiência da prole. O mesmo problema se põe, e com muito mais acuidade, acerca das leis de esterilização. Essas dificuldades, afirmavam os médicos eugenistas, deviam-se ao fato de que os conhecimentos da “hereditariedade mórbida” não estavam ainda suficientemente avançados. Apesar de conhecer as limitações impostas pela ciência da época, os eugenistas continuaram firmes com suas tentativas de “purificar a raça”.

Em vários estados americanos foram promulgadas leis sobre a esterilização de elementos “degenerados” cuja procriação julgou-se indesejável. A pessoa indicada para ser esterilizada era, inicialmente, submetida a um exame por uma comissão médica e administrativa a qual, numa segunda etapa, ouviria os pais ou tutores ou os parentes mais próximos do “candidato” que poderiam apelar da decisão do tribunal. Afirma Gould que o Estado de Indiana, em 1907, foi o primeiro a introduzir um decreto que permitia, oficialmente, a esterilização. No início dos anos trinta já tinham sido esterilizadas, na América, mais de vinte mil pessoas, grande parte dela na Califórnia.

O médico psiquiatra Harry Hamilton Laughlin (1880-1943), superintendente do Eugenics Record Office, propôs uma lei radical de esterilização em 1922, que recomendava esse procedimento às “pessoas socialmente inaptas”. Assim, deveriam ser esterilizados: 1. Os débeis mentais; 2. Os loucos (incluindo os psicopatas); 3. Os criminosos (incluindo os delinquentes e pervertidos); 4. Os epiléticos; 5. Os ébrios

6. Os doentes (tuberculosos, sífilíticos, leprosos e outros, afetados por doenças crônicas, infecciosas e legalmente despistáveis) 7. Os cegos 8. Os surdos 9. Os disformes (incluindo os estropiados) 10. Os indivíduos considerados inúteis, pessoas sem domicílio, os vadios e os indigentes.⁹

Apesar de ser apenas um projeto, essas idéias refletem a disposição dos eugenistas americanos em levar adiante suas propostas. Argumentos como estes serviram, na verdade, para dissimular os reais problemas sociais enfrentados pela sociedade norte americana da época e satisfazer os delírios de alguns elementos racistas e intolerantes. Utilizando os dados fornecidos pelo próprio Laughlin, Darmon afirma que, entre os anos de 1907 e 1949, foram praticadas 50.000 esterilizações em 33 estados americanos, a metade em pessoas “fracas de espírito.” Além disso, foram realizadas castrações em criminosos considerados “irrecuperáveis”.

A vasectomia e a salpingectomia eram as modalidades operatórias mais utilizadas para esterilização dos “ineptos”. A irradiação dos ovários era às vezes empregada em alguns estados. Com 4.636 operações, é o estado da Califórnia que ostentava, de longe, o índice mais sinistro. Para alguns estudiosos das práticas eugênicas nos Estados Unidos, o número de indivíduos esterilizados teria sido muito maior do que os apresentados pelas estatísticas oficiais. Pelo reconhecimento dos seus trabalhos às causas do eugenismo, Laughlin, que era epilético e morreu louco, embora não haja informações precisas sobre este assunto, recebeu dos nazistas o título de *doutor honoris causa* em 1936, pela Universidade de Heidelberg.

Faz-se importante salientar que as leis de esterilização não foram implementadas sem dificuldades. Em primeiro lugar, havia certa resistência por parte de uma parcela da população contra esse procedimento e, em segundo lugar, os médicos da comissão de higiene pública, freqüentemente, divergiam de opiniões quando da apresentação de um parecer conclusivo relativo às “anomalias mentais”. A Academia de Medicina de Nova York, ao concluir um relatório apresentado em 1926, através de sua comissão de higiene pública, faz a seguinte observação:

O problema de esterilização de certas categorias de anormais psíquicos não faz grande progresso, e por duas razões: Primeiramente existe uma prevenção geral contra

a esterilização, por causa das dificuldades e possíveis abusos, que fatalmente acompanham a sua execução; depois, porque são muitos diversos os pareceres relativo às anomalias mentais, sobre o que os especialistas não se conseguem por de acordo.¹⁰

Apesar das dificuldades, a campanha a favor da esterilização nos Estados Unidos atingiu o seu apogeu em 1927, quando o Supremo Tribunal, por oito votos a um, apoiou a Lei de Esterilização do Estado de Virgínia.

Dois outros expoentes da eugenia americana foram os geneticistas Charles B. Davenport e Moris Steggerda, que publicaram uma série de livros procurando demonstrar os aspectos negativos da miscigenação entre brancos e negros. O primeiro era presidente da Federação Internacional dos Organismos da Eugenia. Ambos tinham a preocupação dos cientistas e da elite norte-americana da época de evitar a mistura de americanos de origem africana com o elemento branco protestante. Segundo eles, um povo miscigenado desenvolve um conjunto pouco harmonioso em sua constituição física. Afirma Pichot que ambos desconfiavam dos povos imigrantes católicos (italianos, irlandeses e poloneses) que ameaçavam a hegemonia da aristocracia americana WASP (Write Anglo-Saxon Protestant).¹¹

Em vários outros países europeus o ideal eugênico foi particularmente forte. Na França, o antropólogo e professor da Universidade de Montpellier Georges Vacher de Lapouge (1845-1936) escreveu, em 1896, o livro “Les Sélections sociales”. Nele, Lapouge, buscou inspiração nos estudos da biologia e nas idéias de Darwin para justificar o mito da superioridade racial do ariano e a inferioridade biológica das camadas mais pobres da população (Antropossociologia). Afastando-se do arianismo puro de Arthur de Gobineau, Lapouge expressa, de forma clara, o seu comprometimento com o darwinismo social:

Darwin, ao formular o princípio da luta pela sobrevivência e da seleção, não revolucionou somente a biologia e a filosofia natural: transformou a ciência política. Foi o conhecimento desse princípio que permitiu compreender as leis da vida e da morte das nações que até aqui tinham

escapado às especulações dos filósofos. [...] É a seleção que, ao modificar incessantemente a composição dos povos, faz emergir camadas sociais novas e preparar no seio das próprias massas os fenômenos determinantes da vida e da morte, do crescimento e do declínio das nações[...] Todos estes exemplos permitem-nos ver algo mais do que um fato isolado neste fenômeno aparentemente estranho da destruição dos melhores pelos piores, entre os homens que vivem em sociedade. Estes piores estão melhor adaptados ao meio como parasitas, com o os micróbios, como os insetos que destruíram as espécies maiores, mais bem armadas, mais inteligentes dos mundo paleontólogos[...].¹²

Em 1914, Charles Richet (1850-1935), ativo membro da Sociedade Francesa de Eugenia, que recebeu um generoso apoio financeiro da Fundação Rockefeller, também se utilizando dos escritos de Darwin, propôs a eliminação das “raças inferiores” e dos elementos considerados “anormais”:

Deixemos a seleção natural e tenhamos a coragem de fazer a seleção social, mais rápida, mais eficaz que a seleção natural. Do mesmo modo que o homem consegue aperfeiçoar as espécies animais, poderá, se quiser empreender esse esforço, aperfeiçoar a sua própria espécie.¹³

Em outros países europeus foram empregadas técnicas eugênicas com o objetivo de “higienizar a raça”. O Grande Conselho de Cantão de Vaud (Suíça) decidiu, pelo decreto de 3 de setembro de 1928, que se fizessem a esterilização dos indivíduos acometidos por doenças mentais incuráveis, reconhecido como tal depois de um inquérito do Conselho de Saúde que daria ou não a autorização para tal procedimento médico. Na Estônia, URSS, Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Checoslováquia e na Inglaterra foram criadas sociedades eugênicas e implementadas leis específicas de esterilização, principalmente para alcoólatras e criminosos. Entre os anos de 1929 e 1945, a Dinamarca esterilizou 3608 pessoas, 1035 homens e 2573 mulheres. A Suécia, de 1935 a 1945, 15486 pessoas (3378 homens e 12108 mulheres). Segundo Pichot, estes números representavam apenas as esterilizações registradas oficialmente, afora

aquelas que escaparam ao recenseamento que, certamente, não foram poucas.¹⁴

Na Alemanha, o desenvolvimento da eugenia foi inicialmente estimulado por Alfred Ploetz (1860-1940) que fundou, em 1905, a poderosa “Sociedade Alemã de Higiene Racial”. Dela, fizeram parte importantes cientistas da época: Ernest Haeckel, A. Weismann e Francis Galton. O movimento eugênico alemão também recebeu os beneméritos da família Krupp que, no ano de em 1900, patrocinou um concurso com o objetivo de promover a ciência, cujo o tema era o seguinte: “Que nos ensinam os princípios da teoria da descendência, no que se refere à evolução política interior, e a legislação do Estado”. O prêmio para o vencedor do concurso era no valor de 50.000 mil marcos. Vários cientistas participaram do júri, entre os quais Ernest Haeckel. O primeiro prêmio foi concedido ao Dr. Wilhelm Schallmayer, que preconizou, entre outras coisas, a utilização de um corpo médico que ficasse encarregado permanentemente do controle eugênico da população alemã. Outros escritos também receberam premiações. Todos apresentavam soluções para “higienizar a raça alemã”.¹⁵

Outro importante centro de propagação das idéias eugênicas na Alemanha foi o “Instituto Imperador Guilherme para a Antropologia a Genética Humana e a Eugenia”. Inicialmente, o Instituto foi dirigido por Eugen Fischer, Alfred Grotjhn e Erwin Baur, afamados eugenistas alemães. Na Alemanha, os dois grandes centros de pesquisas eugênicas, o de Munique e de Berlim, receberam uma considerável ajuda financeira da Fundação Rockefeller. Esta instituição, atraída para a investigação genética e neurológica, em 1925, aceitou conceder 2500.000 dólares ao Instituto Alemão de Psiquiatria, considerado como o melhor centro europeu de investigação psiquiátrica.¹⁶

As Doutrinas Raciais e Sua Influência nas duas Primeiras Décadas da República

Ainda nas duas primeiras décadas da República, as teorias racistas oriundas da Europa do século XIX exerceram uma considerável influência entre a intelectualidade no Brasil. Essas doutrinas calcadas num “racismo científico”, apoiavam-se em algumas idéias de Malthus e

Darwin. Os argumentos desses pensadores ofereceram fundamentos para que filósofos, políticos e cientistas justificassem a política expansionista e colonizadora de países europeus contra outros povos.

O cientista alemão Ernest Haeckel, em seu trabalho “Origem do Homem”, afirmou a ocorrência de mais diferenças psíquicas entre as “raças humanas superiores” e as “inferiores” do que entre estas e os macacos antropóides.¹⁷ Adepto do eugenismo, acreditava que, para vencer os incômodos e as incertezas da vida, “doutrina da sobrevivência”, bastava transformar o processo da seleção natural, que age às ocultas do homem, em um mecanismo empregado de forma racional e com propósitos determinados. Haeckel declarou explicitamente em seus escritos que os princípios da Fraternidade, Liberdade e Igualdade deveriam ser substituídos pela lei que rege o mundo animal, isto é, por uma luta sem compaixão a qual atribui aos os mais fortes a faculdade de viver. Ainda para este cientista alemão, a eutanásia deveria ser aplicada nos doentes crônicos que, segundo ele, tanto incomodavam as famílias e a sociedade alemã:

“Alienados, leprosos, cancerosos, são conservados artificialmente vivos, e seus sofrimentos prolongados sem utilidade alguma para o doente ou para a sociedade. Despesas poderiam ser evitadas se nos decidíssemos a aliviar o fardo da vida os incuráveis”.¹⁸

Outros europeus que exerceram uma considerável influência entre os intelectuais brasileiros foi o conde francês Artur de Gobineau (1816-1882). Em seu livro, “Essai sur l’Inégalité des Races Humaines”, publicado em 1853, formulou a doutrina do Arianismo em toda a sua plenitude. Descendente de família burguesa do século XVII, Gobineau queria provar a origem nobre de sua família. Sua idéia racista não abordava um conceito nacionalista de aristocracia, mas de classe que ansiava defender a posição de seu grupo social frente ao crescimento de um “proletariado bastardo”. Para ele, os arianos eram uma casta superior, uma minoria privilegiada nascida para governar as chamadas “massa inferiores” de mestiços em qualquer nação. Gobineau não defendia somente o “ariano alemão”, mas a “superioridade e pura descendência ariana das aristocracias”, de qualquer país do mundo. Como arauto do

racismo biológico e ministro na corte de D. Pedro II no ano de 1869, realizou afirmações depreciativas contra a grande maioria o povo brasileiro, taxando-os de gente indolente e feia.

O zoólogo e naturalista suíço Louis Agassiz (1807-1873) foi outro representante das idéias racistas, considerado o maior representante da Escola Americana da poligenia. Nos anos quarenta do século XIX, migrou para aos Estados Unidos, onde se tornou professor de Harvard e, posteriormente, fundou nesta universidade o Museu de Zoologia Comparada. Acreditava Agassiz que as diferentes espécies de animais e de “raças de homens” foram criadas em lugares diferentes e que, via de regra, não migravam de seus habitat:

Na Terra, existem diferentes raças de homens, habitando diferentes partes de sua superfície e apresentando diferentes características físicas; e este fato... impõe-nos a obrigação de determinarmos a hierarquia relativa entre as raças, o valor relativo do caracter próprio a cada uma delas, de um ponto de vista científico.[...] Como filósofo é nosso dever encarar de frente esta questão.¹⁹

Quando de sua viagem ao Brasil, nos anos de 1865-1866, juntamente com sua esposa, escreveu duras palavras contra a “degenerescência do mulato”:

O resultado de ininterruptas alianças entre os mestiços é uma classe de pessoas em que o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades físicas e morais da raça primitiva, deixando em seu lugar bastardos repulsivos quanto os cães amastinados, que causam horror aos animais da sua própria espécie.²⁰

Sem a mesma crença no poder das aristocracias, movido por um vigoroso racismo contra os povos não europeus e preocupado com a disseminação das idéias socialistas na Europa, o francês Gustave Le Bon, partidário ardoroso das idéias poligenistas e da chamada “psicologia social”, exerceu uma considerável influência no meio intelectual brasileiro. Apregoava, em seu livro “Leis Psicológicas da Evolução Humana”, a “ação deletéria da mistura das raças”.

Sem dúvida, raças muitos diferentes, o branco e o negro, por exemplo, podem fundir-se, mas os mestiços que dessa

fusão resultem, constituem uma população muito inferior aos produtores de que derivam e completamente incapaz de criar ou sequer de continuar uma civilização. A ação de hereditariedade contrárias dissocia a moralidade e o caracter. Quando alguns vezes os mestiços de brancos e de negros casualmente hajam sido herdeiros, como em São Domingos, duma civilização superior, esta bem depressa cai em miserável decadência. Os cruzamentos podem ser um elemento de progresso entre as raças superiores, muito vizinhas, tais como os ingleses e os alemães da América; constituem porém elementos degenerescência sempre que as raças, muito embora superiores, sejam diferentes...Cruzar dois povos é mudar simultaneamente tanto a constituição física como mental.”²¹

Para a maior parte dos escritores racistas europeus, especialmente Gobineau e Louis Agassiz, os brasileiros possuíam um pessimismo em relação a qualquer possibilidade de o país se torna desenvolvido e moderno. Talvez em relação à essa condição, alimentada pelas doutrinas racistas vindas de fora que apregoavam a desigualdade das raças humanas (determinismo racial), alguns intelectuais e cientistas brasileiros procuraram reagir e elaboraram uma idéia própria aplicável a realidade brasileira. Tal teoria se tornou conhecida como a “tese do branqueamento” e dominou a mente de intelectuais e da elite econômica brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX. A tese do branqueamento criou a idéia de “arianização” do Brasil e, segundo seus teóricos, ocorreria com o decréscimo da população de mulatos e o desaparecimento dos negros no país. No final XIX, os elementos considerados não brancos passam a ser estereotipados pela elite como preguiçosos, bêbados e não persistentes para o trabalho; em contrapartida, elegeu-se o homem branco como o modelo do trabalhador ideal. As idéias racistas influenciaram uma parcela considerável de médicos e bacharéis entre o final do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial. Entre tanto, destacamos os nomes de Nina Rodrigues (1862-1906), Silvio Romero (1841-1909) e Oliveira Vianna (1883-1951).

Pensador polêmico e muitas vezes questionado, Silvio Romero foi um dos primeiros estudiosos que procurou compreender a percepção do brasileiro diante da sua “inferioridade”. Influenciado pelo positivismo,

naturalismo e o evolucionismo, buscou uma solução que permitiria uma unificação racial do povo brasileiro. Esse processo se daria com o desaparecimento da população indígena, através da guerra e da peste, e negra pelas condições de vida e de trabalho.²² Sua posição em relação ao mestiço era ambígua, ora acreditava na concepção da degenerescência racial ora valorizava o mestiço, vendo nele o “brasileiro por excelência”, o elemento fundamental para o estudo da genealogia nacional. Por fim, para Silvio Romero, o atraso e as qualidades psicológicas e raciais do povo brasileiro poderiam melhorar através da imigração européia para o Brasil que, por sua vez, estimularia o seu “branqueamento”.

Por sua vez, Oliveira Vianna, ardoroso defensor dos privilégios dos brancos em relação ao conjunto da população brasileira, tornou-se o principal porta voz desse grupo. Para Vianna, o elemento branco era mais bonito, forte e inteligente que o mulato e o negro. Escrevendo a introdução do Recenseamento do Brasil, realizado em setembro de 1920, Oliveira Vianna expõe, de forma explícita, todo o seu racismo contra o negro, ao manifestar-se favorável ao regime da escravidão:

O poder ascensorial dos negros em nosso povo e em nossa história, si é, pois, muito reduzida, apesar da sua formidável maioria, não o é apenas pela pequena capacidade eugenística da raça negra, não o é apenas pela ação compreensiva dos preconceitos sociais, mais principalmente pela insensibilidade do homem negro a essas solicitações superiores que constituem as forças dominantes da mentalidade do homem branco. Quando sujeitos à disciplina das senzalas, os senhores os mantêm dentro de certos de moralidade e sociabilidade, que assimilam, tanto quanto, possível à raça superior; desde momento, porém, em que, abolida a escravidão, são entregues, em massa, à sua própria direção, caem e chegam progressivamente à situação abastardada, em vemos hoje.²³

É importante frisar que esse documento foi patrocinado por um órgão oficial do Governo Brasileiro, o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, o que torna possível afirmar que segmentos importantes da elite política dirigente do Brasil comungavam com as idéias racistas de Oliveira Vianna.

Ainda em seu livro, “Populações Meridionais do Brasil”, Oliveira Vianna assume uma postura autoritária e racista, ao empenhar-se em demonstrar a inferioridade do negro e do mestiço, este último proveniente do cruzamento de brancos com “negros inferiores”. Para explicar tal fenômeno, recorre ao conceito de “capital eugênico das nações”, de Vacher Lapouge. Em seu livro, reforça a idéia de que havia uma grande diversidade de tipo e de mentalidade entre as tribos negras que se fixaram no Brasil.²⁴ Assim, sem aderir à ideologia da pureza racial, Vianna acreditava que os atributos negativos dos mestiços tendiam a desaparecer na medida em que eles “embranqueciam” suas características físicas e mentais. Diante do que foi exposto, podemos afirmar que Oliveira Vianna se tornou um dos principais ideólogos da classe dominante brasileira.

As pesquisas etnográficas, os trabalhos de antropologia, as discussões sobre a questão racial e as idéias evolucionistas chegaram ao Brasil através dos Institutos Históricos e Geográficos, dos museus etnográficos brasileiros e das Faculdades de Direito e Medicina. A partir da década de 70 do século XIX, as teorias positivistas e evolucionistas já começavam a ser discutidas no Brasil nestas referidas instituições.²⁵ Dessa forma, intelectuais, médicos e juristas recorriam, cada vez mais, aos discursos científicos para reivindicar a competência de seus pares no trato da realidade social brasileira. Entre os anos de 1860-1870, a escola francesa de Paul Broca exerceu uma influência significativa nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Inúmeras teses que se referiam à formação das raças no Brasil foram defendidas pelos médicos nesse período.

Entretanto, foi somente com a inclusão da Antropologia como disciplina específica de estudo no Museu Nacional – decorrente da reforma implementada por Ladislou Neto em 1876 – e das pesquisas realizadas por João Batista Lacerda que a antropologia física teve seus trabalhos sistematizados.²⁶ No mesmo ano da reorganização do Museu, foi criada uma revista trimestral – os *Arquivos do Museu Nacional* – de grande importância para propagação os estudos realizados no Museu Nacional. Logo no primeiro número da revista, Lacerda realizou intensos estudos sobre a “força física” dos índios Botocudos e concluiu que, pela sua capacidade craniana, este grupo indígena, juntamente com os Neo-Caledonios e os Australianos, encontravam-se entre as “raças” mais

notáveis pelo seu grau de inferioridade intelectual e que as suas limitadas aptidões dificultaram a sua entrada no mundo civilizado. Lacerda, partidário das idéias poligenistas, realizou ainda pesquisas sobre “os efeitos deletérios da mestiçagem”.

Conforme vimos, não foram só os políticos, juristas e intelectuais que aderiram à idéia de branqueamento do povo brasileiro. O médico psiquiatra Renato Kehl foi outro grande entusiasta dessa teoria. Em seu livro, “Lições de Eugenia”, publicado em 1929, chegou a enumerar sete critérios contrários à miscigenação: 1 - Cada raça deve esforçar-se para se manter estável, impedindo a mescla de sangues que modifiquem a sua pureza, a sua natureza íntima; 2 - O renovamento do sangue pelo cruzamento poderá ser útil quando ele for feito dentro de raças afins; 3 - O cruzamento realizado em raças diferentes, como entre a branca e a preta, dá origem a produtos denominados “mestiços” que corresponde até certo ponto aos híbridos. Verdadeiramente os híbridos são produtos de uniões entre espécies e mestiços entre raças; 4 - O “mestiço”, resultante da mistura de raças diferentes, representa um tipo intermediário no qual se instalam a desarmonia e o desequilíbrio orgânico, conseqüente do “conflito” de caracteres incompatíveis que se esforçam para eliminar uns aos outros e só se restabelece a paz, resultando uma sub-raça, após uma série de cruzamento bem dirigido e a respectiva anulação dos caracteres antagônicos; 5 - O mestiço, ao invés de ser um produto superiorizado, é um produto não consolidado, fraco, meio caminho de dois elementos que o constituíram. Este, isoladamente, tem os seus caracteres físicos-psíquicos estáveis harmônicos e compatíveis; 6 - O mulato, o mameluco e o cafuzo são tipos plasticamente feios na sua generalidade. Conhecem-se belas mulatas e mulatos bonitos, mas como exceção e não como regra; 7 - Em suma, o cruzamento entre raças “é um elemento perturbador da evolução natural” e, portanto, não constitui meio de aperfeiçoamento étnico. Os que sustentam o contrário não o fazem com fundamentos científicos. Sob o ponto de vista eugênico, contra-indicamos toda e qualquer união de raças, isto é, entre indivíduos de raça branca com a negra, da branca com a selvagem, da branca com a amarela e assim por diante. Os mestiços colocados em paralelo com os representantes de raças não cruzadas, nem mesclas, não resistem a termo de composição; só a falsa visão aceita a sua igualdade ou a sua superioridade.²⁷

Em relação aos negros e aos povos indígenas, fez a seguinte afirmação:

“Ninguém poderá negar que no correr dos nos, desapareceram os negros e os índios das nossas plagas e do mesmo modo os produtos provenientes desta mestiçagem. A nacionalidade embranquecera a custa de muito sabão de coco ariano”. No que diz respeito aos imigrantes Kehl segue a orientação dos eugenistas americanos de impedir a entrada no país de pessoas consideradas “cretinos, mentecaptos, os epiléticos e até os doidos, por complacência ou porque consegue escapar a fiscalização dos portos”²⁸

Nos anos vinte e trinta do século XX, continuava persistindo o desemprego, algumas doenças epidêmicas e a miséria absoluta, o que acarretou problemas sociais como mortalidade, delinquência, distúrbios emocionais, alcoolismo etc. Paralelamente às ações sanitaristas de caráter excludente, argumentos fornecidos pela eugenia se tornaram igualmente “importantes” no processo de intervenção da medicina na sociedade e conferiram aos médicos, especialmente aos psiquiatras, o poder de discutir e intervir diretamente nas questões étnicas, sociais e de saúde pública. Segundo Jurandir Freire Costa:

“Os psiquiatras acreditavam que o Brasil degradava-se moral e socialmente por causa dos vícios, da ociosidade e da miscigenação racial do povo brasileiro. A prevenção eugênica apareceu-lhe como instrumento mais rápido e eficiente para sanear a situação [...] Assim, o alcoolismo tornou-se causa de pobreza e decadência moral, porque era encontrado mais nas camadas pobres da sociedade. A sífilis tornou-se atributo do patrimônio genético dos negros, por ser mais generalizado entre eles. A miscigenação racial tornou-se a causa da desorganização política e social porque a população brasileira era miscigenada.”²⁹

Na época, foram criadas inúmeras associações, publicações e eventos eugênicos com a finalidade de *eugenzar a sociedade brasileira* e justificar, ainda mais, as práticas de exclusão social, ardorosamente defendidas por parcela significativa da elite brasileira.

Influenciados por idéias racistas européias, médicos, intelectuais e políticos assumiram a crença de que os aspectos “degenerados” herdados

dos índios e dos negros seriam os grandes responsáveis pela preguiça, promiscuidade e a indisciplina. Tornava-se necessária, assim, a criação de um plano para disciplinar e organizar as diferenças da população brasileira. Nesse momento, a classe médica pensou na utilização de práticas eugênicas como profilaxia, com o objetivo de evitar uma degeneração ainda maior do povo brasileiro. Dessa forma, utilizando estratégias eugênicas, os médicos foram os principais colaboradores na intervenção do corpo biológico das “classes perigosas” e das “raças degeneradas” do Brasil.

Nas duas primeiras décadas do século XX, sociedades eugênicas eram criadas no Brasil e em quase todos os países da América do Sul. Segundo Francisco Iglésias, “assiste-se nas duas primeiras décadas do século, ao processo de biologização da ciência social”.³⁰ Por outro lado, nas décadas de vinte e trinta, as teoria racistas, que inicialmente influenciaram um número expressivo de intelectuais brasileiros, passaram a ser questionadas por alguns que desacreditavam que o determinismo racial inviabilizava o projeto de tornar o Brasil uma nação verdadeiramente civilizada e mestiça.

Os estudos do bacharel Alberto Torres (1865-1917) e do médico e escritor Manoel Bonfim (1868-1932) rejeitaram categoricamente as doutrinas das diferenças inatas das raças e a superioridade racial dos povos europeus. Assumindo posições nacionalistas e antiimperialistas, ambos atacaram as principais escolas do pensamento racista europeu. Assim como Bonfim, Alberto Torres, em “O Problema Nacional Brasileiro: Introdução a um programa de Organização Nacional”, argumentava que, ao importar doutrinas européias, a intelectualidade brasileira, afastava-se da realidade socioeconômica do país, dificultando a formação de uma verdadeira nação brasileira, o que inevitavelmente levava a uma descrença no futuro do Brasil. Torres criticou ainda a exploração das riquezas nacionais pelo capital estrangeiro e combateu a idéia de que a solução para o progresso do país era a imigração de europeus.³¹

Em 1905, Manoel Bonfim, em “A América Latina: Males de Origem”, utilizou o seu conhecimento científico para empregar o conceito chave de parasitismo e associá-lo a uma explicação biológica que permitisse estruturar sua análise crítica dos fatos sociais.

A metáfora usada pelo autor como fio articulador de sua análise é referida diretamente ao modelo de parasitismo biológico, ou seja, ao regime pelo qual um organismo passa a viver à custa de um outro, explorando-o e sugando-lhe as forças e os alimentos.³²

Esse parasitismo teria se reproduzido e enraizado na vida social, política, econômica e cultural do Brasil. Assinalava Bonfim que, entre os principais responsáveis por esse parasitismo, estava o conservadorismo das elites brasileiras que, para ele, em tudo que poderia melhorar as condições sociais e econômicas encontrava uma resistência maciça por parte das classes conservadoras.

Por sua vez, o antropólogo Edgar Roquete Pinto (1884-1954), apesar do seu flerte com as idéias eugênicas, rejeita as idéias racistas dos neodarwinistas que apregoavam a inferioridade do negro e a degenerescência dos mestiços. Explicava Roquete Pinto que, do ponto de vista fisiológico, suas pesquisas comprovavam que os cruzamentos de etnias diferentes resultavam sempre em “tipos normais”, a menos que os progenitores não fossem portadores de “herança mórbida”.

A Cruzada Eugênica no Brasil

No Brasil, nas décadas de 10 e 20 do século XX, as idéias de Galton passaram a exercer grande influência no meio médico, principalmente entre os higienistas e psiquiatras que acreditavam poder acabar com a “degeneração moral e racial” da população brasileira. A convicção dos eugenistas era de que, tão logo seus postulados fossem compreendidos e postos em práticas, essa “ciência” se tornaria e esperança e o remédio para os males que tinham origem fundamentalmente nas diversas constituições hereditárias dos seres humanos. Para esses médicos, alguns indivíduos eram considerados fortes, sadios, virtuosos, outros eram fracos portadores de doenças mentais, imorais, criminosos, preguiçosos, sendo esses últimos os principais causadores dos males do mundo. Os adeptos da eugenia acreditavam que as leis, os costumes e a educação eram criações que refletiam a essência humana, dessa forma, corrigir as imperfeições dos homens era simplesmente tratar sintomas superficiais. Fazia-se necessário, assim, produzir uma “raça humana” mais aperfeiçoada, na

qual os tipos considerados inferiores fossem excluídos de uma sociedade constituída e dirigida por homens fortes, saudáveis e sensatos.

Assim, o ideal eugênico encontrou um terreno fértil para se proliferar no Brasil. Essa temática foi discutida de maneira explícita por ocasião do I Congresso Médico de Pernambuco de 1909. Sua sessão inaugural, ocorrida em 25 de abril, no Teatro Santa Isabel, contou com a presença expressiva de médicos e intelectuais de todo o Brasil. No transcorrer do Congresso, foram apresentados inúmeros estudos sobre a evolução dos procedimentos médicos nas diversas áreas do conhecimento da medicina, bem como mecanismos de intervenção do corpo médico na sociedade.

No discurso de abertura, o Dr. Barreto Sampaio destacou a importância do congresso e da medicina no campo social e alertou que “em pouco tempo os médicos serão chamados a decidir como árbitros supremos, sobre todas as questões sociais”.³³ Durante o evento, o Dr. Oscar Coutinho, que exercia atividades no Hospital Pedro II, apresentou o seguinte trabalho: “Tem a sociedade o direito de opor-se ao casamento de um indivíduo portador de uma moléstia transmissível à esposa e à prole.” Apesar de o termo eugenia não estar presente em nenhuma parte do estudo, suas considerações sobre o tema são, claramente, eugênicas. Depois de declarar que o principal objetivo do casamento seria “o nascimento do filho que continuará a família e a raça”, o médico fez uma vigorosa crítica a todos aqueles que acreditavam que a intervenção da ciência não passa de um atentado à liberdade individual:

Em que pese este choque de consciência ferida no interesse pessoal e egoísta, quando se pugnar por um alto interesse geral – o bem estar da família e da raça? Demais num casamento entre elementos doentios há representações de um duplo crime de lesa-consciência e de lesa-humanidade; não deve a dupla responsabilidade criminal desse jamais pesar sobre a medicina.³⁴

Ainda no decorrer da sua explanação, fez a seguinte afirmação:

Assim, pois como medida profilática, deve a medicina proclamar bem alto, fazer saber a todos, que ninguém, sífilíticos, cancerosos, tuberculosos, portadores de grandes nevrose, em uma palavra nenhum homem afetado ou que

tenha sido afetado de uma moléstia grave transmissível à mulher ou ao filho, pode contrair casamento sem o consentimento prévio do médico [...] Muito mais cruel seria permitir uma tal união, onde, donde resultariam seres condenados à arrastar uma vida de miséria e uma esposa que longe de encontrar enlevo na vida conjugal, ver-se-ia presa de sofrimento de sofrimento atrozes que não afariam sofrer menos física do que moralmente. Negamos em absoluto, a essa classe de individuo o direito de concorrer à evolução da geração humana; as suas condições patogênicas não permitiram que eles dêem apoio ao alicerce garantidor da perpetuação da espécie.”³⁵

Por fim, sugere o Dr. Oscar Coutinho que fossem criadas medidas penais rigorosas contra os infratores da lei, ou seja, aqueles que porventura se casassem sem o exame médico pré-nupcial e, posteriormente, fossem detectadas enfermidades físicas ou mentais.

A ingerência da psiquiatria nos movimentos eugênicos foi respaldada pela teoria da degeneração, formulada por Benedict Morel, em 1857, propagada no *Traité des dégénérescences physiques intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés maladies*. De grande impacto na segunda metade do século XIX, a análise da degeneração de Morel supõe uma debilitação progressiva da espécie a partir de um tipo primitivo humano ideal que seria transmitido hereditariamente. Entretanto, esse distúrbio poderia se adquirido no decorrer da vida através de influências nocivas de origem patológica – sífilis, epilepsia, tuberculose – ou social – urbanização, industrialização, desregramento dos costumes alcoolismo, pauperismo, tabagismo etc. Estabelecida a degenerescência na espécie humana, o mal seria responsável por uma grande quantidade de “imbecis” “histéricos”, “tarados” e “cretinos” que se multiplicariam através da hereditariedade.³⁶ Além da profilaxia “defensiva”, o seqüestro e a tutela de indivíduos perigosos ou doentes em espaços fechados, a sociedade deveria realizar uma “profilaxia preservadora” a fim de modificar as condições intelectuais, físicas e morais daqueles que apresentavam comportamentos sociais desvirtuantes para, antes de devolvê-los ao meio social, “armá-los contra eles mesmos”, atenuando, assim, o número de reincidências.³⁷

Para Foucault, a psiquiatria dessa época exerce um papel de defesa social e, usando a noção de hereditariedade, se dá o direito de ingerência na sexualidade familiar, tornando-se a ciência da proteção científica da sociedade.³⁸ Ainda sobre a ingerência do saber da psiquiatria no controle social, explica Foucault:

Na teoria da hereditariedade psiquiátrica, estabelecia que não apenas uma doença de certo tipo pode provocar nos descendentes uma doença do mesmo tipo, mas que ela também pode produzir, com idêntica probabilidade, qualquer outra doença de qualquer tipo. Muito mais, não é necessariamente uma doença que provoca outra, mais algo como um vício um defeito. A embriagues, por exemplo, vai provocar na descendência qualquer outra forma de desvio de comportamento, seja o alcoolismo, claro, seja uma doença, como a tuberculose, seja uma mental ou mesmo um comportamento delinqüente.³⁹

Como se pode observar, os conceitos de Hereditariedade Mórvida e de Degeneração estavam presentes de forma significativa nos sistemas classificatórios dos distúrbios mentais nas duas primeiras décadas do século XX.

Nessa época, as dificuldades econômicas e de saúde da população brasileira, principalmente do Norte Nordeste, eram imensas. Em 1916, é publicado o relato de uma viagem empreendida pelos médicos Artur Neiva e Belisario Pena, realizada no ano de 1912, no interior dos Estados de Goiás, Bahia, Pernambuco e Piauí. Os dois médicos, acompanhados pelo auxiliar Octávio Amaral e pelo fotógrafo José Teixeira percorreram, a cavalo e em lombo de burros, aproximadamente sete mil quilômetros no período de sete meses. Cidades, vilas e lugarejos foram visitados pelos cientistas que observaram às condições de vida, de saúde e sanitárias dos milhares de indivíduos que habitavam os sertões do Nordeste. Essa viagem teve um caráter oficial, uma vez que ambos os médicos atenderam à solicitação do Sr. Arrojado Lisbôa, diretor da Inspetoria de Obras Contra as Secas, que pretendia realizar um amplo levantamento sobre as condições de saúde dos habitantes dessas regiões e elaboraram um minucioso e extenso relatório criticando as precárias condições sanitárias, de trabalho e de vida das populações locais. Durante o período

que durou a expedição, os cientistas realizaram inúmeras observações acerca do clima, da diminuição das águas dos rios em período de seca, das plantas venenosas, dos protozoários, vermes, carrapatos, insetos e até da necessidade de reflorescimento das regiões do sertão como único meio de combater o deserto em formação. Foram também observados manifestações do catolicismo popular e dos cortejos fúnebres. Procederam, ainda, estudos sobre doenças como: febre amarela, conjuntivites, bócio, esquistossomose, impaludismo, leishmaniose, tuberculose, lepra, sífilis, filariose, disenteria e epizootia.

Em suas observações, constataram também o alto índice de mortalidade infantil, decorrente do impaludismo e das infecções intestinais, e a ocorrência de epidemia de varíola na região, as práticas terapêuticas populares utilizadas pela população local no combate a suas enfermidades, aspectos da criminalidade, a situação precária das habitações da região do sertão e as atividades da pecuária. Os dois cientistas realizaram ainda duras críticas contra o estudo do Instituto de Obras Contra as Secas, que previa a construção de açudes, ressaltando que medidas tomadas de forma isolada eram totalmente ineficazes para combater a situação de penúria na qual viviam os habitantes da região em decorrência da seca.

O texto dos dois cientistas apresenta o sertão do Brasil como uma região de doentes e analfabetos; contudo isenta a questão racial como determinante para essa situação, conforme se observa abaixo:

A raça atual dessa região é inaproveitável. É habitual dizer-se, e nos mesmos já temos cometidos esse pecado, que o povo sertanejo é indolente e sem iniciativa. A verdade, porém é outra. A ausência de esforços e de iniciativa dessa pobre gente é proveniente do abandono em que vive, e da incapacidade física e intelectual, resultante de moléstias deprimentes e aniquiladoras, cabendo nessa região, moléstia de Chagas.⁴⁰

A descrição da expedição de 1912, publicada pela imprensa, com um relato sobre as precárias condições de vida dos habitantes dos sertões brasileiro, impressionou uma parcela significativa da população, dos intelectuais e de membros da classe médica. Para esses dois médicos sanitaristas, o Brasil só poderia obter vantagens econômicas e sociais se

as condições de saúde da sua população rural fossem melhoradas. Nesse contexto, inúmeros escritores se mostraram sensíveis aos relatos e a idéia de ser criada, urgentemente, uma campanha em prol de uma consciência sanitária nacional.

Por outro lado, o relato dos médicos do Instituto sobre o lamentável estado de saúde em que se encontravam os sertanejos ofereceu, também, argumentos aos adeptos da eugenia. Contraditoriamente, Penna retoma a tese brasileira do “branqueamento”, invocando a necessidade de uma maior imigração de europeus para o Brasil: “Estamos convencido que uma das causas principais, e no nosso conceito a mais importante, do atraso das regiões nordestinas é a ausência de imigrantes.”⁴¹ Para os eugenistas de plantão, afirmações como estas ofereciam plenas justificativas de que os brasileiros ainda não haviam promovido o desenvolvimento harmônico da nação, porque o clima, o precário estado de saúde do povo, a miscigenação e o nascimento de crianças “degeneradas” eram os principais responsáveis pela geração de uma população doente, preguiçosa, indisciplinada, feia e pouco inteligente. O relatório de Penna-Neiva foi reeditado, obtendo grande publicidade em 1918, com o título de “Saneamento do Brasil”.

Como resultado dessa expedição científica, foi iniciada, em 1916, a campanha pelo saneamento do Brasil, ampliada por Belisario Penna com a criação da “Liga Pró-Saneamento”, oficialmente instalada na Sociedade Nacional de Agricultura em fevereiro de 1918. Movimento com características nacionalista, a liga congregou em seus quadros um expressivo número de eminentes sanitaristas. Em seu discurso de posse como presidente, Penna afirmou que a Liga possuía como objetivo a realização de uma extensa propaganda de medidas profiláticas e de higiene junto à população brasileira, a fim de evitar a propagação de doenças endêmicas e epidêmicas no país.

A alta mortalidade provocada pela epidemia de gripe espanhola em 1918 apressou, ainda mais, a necessidade de uma reestruturação dos serviços públicos de saúde. Apesar dos bons propósitos do seu presidente e dos demais integrantes, a Liga Pró-Saneamento teve uma existência efêmera, sendo extinta com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública. Segundo Belesario Penna, com a criação deste novo Departamento, a associação não teria mais razão de permanecer, uma

vez que a sua principal aspiração havia sido concretizada. Apesar de não constar em suas diretrizes básicas preocupações de ordem eugênicas, alguns de seus membros passaram a integrar a Sociedade Eugênica de São Paulo.

Em 1914, o paulista Monteiro Lobato, simpatizante do eugenismo, publicou o conto “Urupês”, no qual apresentou seu célebre personagem: o sertanejo Jeca Tatu, um indivíduo preguiçoso, indolente e inadaptável à civilização. Influenciado por Artur Neiva e Belisário Penna, retificou essa imagem ao publicar, em 1918, “Problema Vital”, formado por uma coletânea de artigos editada pelo Jornal o Estado de São Paulo. Nessa publicação, incluiu uma fábula denominada “A Ressurreição do Jeca”, em que o escritor narrou a trajetória vitoriosa de um novo Jeca Tatu. Depois de curado por um médico, o caipira trabalha duro na sua roça tornando-se competitivo, empreendedor, rico e um afeiçãoado propagador da higiene e da necessidade de uma campanha sanitária para o Brasil rural.⁴² Entusiasmado com as idéias dos sanitaristas, passou a acreditar que o mal do Brasil não era mais o seu povo, mas as doenças que o desqualificavam e impediam a sua reabilitação. Explica Pietra Diwan que essa nova visão do Jeca foi consolidada quando Monteiro Lobato se uniu ao farmacêutico Cândido Fontoura, em 1924, para fazer do caipira o garoto propaganda de um Tônico Fontoura que virou sucesso nacional e passou a ser consumido por milhares de crianças do Brasil.⁴³

Nos anos 20, Lobato se tornou cada vez mais entusiasta das idéias eugênicas, ao publicar, em 1926, o romance o *Choque das raças ou o presidente do negro*. Neste livro futurista, o escritor relata acontecimentos do ano de 2228, após a primeira vitória de um candidato negro à presidência dos Estados Unidos. O enredo tem início quando o senhor Airton se torna confidente de um cientista, chamado Benson, o qual se utiliza de uma máquina do tempo para assistir aos eventos de 2228 que são narrados por Jane, filha do cientista. O desenrolar do conflito racial começa quando Jim Roy, aproveitando-se da divergência de seus dois concorrentes brancos foi eleito o 88º presidente americano dos Estados Unidos, com 54 milhões de votos. Na época, o livro foi muito criticado por fazer uma velada defesa da eugenia, especialmente pela personagem Jane. Em determinado momento, Kerlog, um dos candidatos derrotados, propõe o uso de uma máquina de alisamento de

cabelos, desenvolvida pelo Sr. John Dulley, que, no futuro, seria adotada pelos negros americanos como solução para os problemas raciais. De custo mínimo, dez centavos, o processo de alisamento foi rapidamente procurado, ‘sobretudo pelas negras’. Entretanto, essa mudança capilar tinha como verdadeiro propósito provocar a esterilização em massa da população negra americana, através da aplicação de Raios Ômegas. Concretizado o terrível fim, Kerlog, em visita ao candidato vitorioso, de forma fria e sarcástica, sentencia: “A tua raça morreu Jim”. Mas o pior ainda estava por vim: no dia da posse, logo nas primeiras horas da manhã, o presidente eleito amanheceu morto em seu escritório. Nova eleição foi realizada e Kerlog foi eleito com 100 milhões de votos. Ao final do seu livro, Lobato, utilizando-se de um tom bajulatório e racista, afirma:

Pela primeira vez na vida dos povos realizava-se uma operação cirúrgica de tamanha envergadura. O frio bisturi de um grupo humano fizera a ablação do futuro de um outro grupo de cento e oito milhões sem que o paciente nada percebesse. A raça branca, afeita a guerra como a última rati da sua majestade, desviava-se da velha trilha e impunha um manto ponto final étnico ao grupo que ajudara a criar a América mas com a qual não podia viver em comum. Tinha como obstáculo ao ideal da Supercivilização ariana que naquele território começava a desabrochar, e pois não iria render-se as fraquezas de sentimentos, nocivos a esplendorosa floresceste do homem branco.”⁴⁴

Em São Paulo, o médico psiquiatra Renato Kehl iniciou sua “cruzada eugênica”, ao fundar, em 15 de janeiro de 1918, no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia, a Sociedade Eugênica de São Paulo. Formada por intelectuais e pela elite médica paulista, a sociedade contava com 140 membros e era presidida pelo diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo Arnaldo Vieira.

Em seu estatuto, os objetivos da sociedade já estavam explicitamente definidos: estudar as leis de hereditariedade, esmiuçar as questões da evolução e da descendência, tirando desse conhecimento as bases aplicáveis à conservação e à melhoria da espécie humana, e divulgar, entre o público, conhecimentos eugênicos destinados ao progresso da raça. Entre as diretrizes da sociedade, constava a realização

de estudos minuciosos sobre a regulamentação dos meretrícios, da entrada de imigrantes considerados “indesejáveis” e de questões referentes ao exame pré-nupcial. Apesar de ser bem aceita no meio médico paulista, a instituição teve uma história passageira, não resistindo a morte do seu presidente e a transferência para o Rio de Janeiro, em 1919, de Renato Kehl, um de seus maiores entusiasta e colaboradores.

Dando prosseguimento à propaganda das idéias eugênicas no Brasil, em abril de 1918, sob o patrocínio da Sociedade Eugênica de São Paulo, o Dr. Olegário de Moura realizou uma palestra na sede da A C. M. C., com o título “Saneamento, Eugenia, Civilização”. Em sua conferência, depois publicada na íntegra pela Gazeta Clinica de São Paulo, o Dr. Olegário utilizou um discurso ufanista, militarista e eugênico, ao fazer afirmações como esta:

Nacionalismo é querer um Brazil sempre unido e forte, progressista, saneado e eugenizado em caminho seguro para a civilização...E claro que um exercito composto de impaludados agudos e crônicos, opiados, embarbeirados, alcoolistas, cegos pelo tracoma, etc. é que lesões de toda ordem lhe alterem a saúde do corpo e a saúde da mente, é lógico senhores, se um exercito de tal natureza se opuser um exercito de homens eugenizados daquelas males, e indiscutível que o exercito formado inteligentemente nestas condições é um exercito de verdade...Fica assim claramente demonstrada a relação direta e íntima entre o que se chama de militarização do país e entre Eugenia-Saneamento.⁴⁵

Outro nome do pensamento eugênico brasileiro foi o médico baiano Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947). Ainda jovem, com a idade de vinte um anos, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, defendendo a tese “Epilepsia e crime”, que recebeu calorosos elogios de Nina Rodrigues e Juliano Moreira. Nesse estudo, advogou a tese das características biológicas dos criminosos, afirmando que o epilético teria uma predisposição natural para o crime, razão pela qual sugeria considerá-lo criminalmente irresponsável. Entretanto, para a proteção e o bem da sociedade, os portadores dessa enfermidade deveriam ser segregados em colônias penais. Após a sua transferência para o Rio de Janeiro, apadrinhado por Juliano Moreira, foi nomeado diretor

do Hospital Nacional dos Alienados em 1905. Ainda no Rio, elaborou inúmeros trabalhos referentes à medicina legal, higiene, criminologia, medicina preventiva, literatura e eugenia.

Em 1913, publicou um dos primeiros compêndios didáticos sobre higiene. Em virtude do acréscimo de matérias, a edição de 1922 foi desdobrada em dois volumes. Na primeira parte do trabalho, Afrânio Peixoto revelou uma acentuada preocupação com as práticas eugênicas, ao enumerar os meio capazes de promover a eugenia no Brasil. O primeiro seria a proibição de casamentos entre “cônjuges tarados”, o segundo a segregação de criminosos, degenerados e loucos e o terceiro meio a esterilização dos “tarados, deficientes, criminosos, uma preocupação humanitária que já entrou por higiene social na legislação de alguns estados americanos: Indiana, etc. Ela pode fazer por ação radioativa ou por meio cirúrgico”.⁴⁶ Os seus livros sobre higiene discorrem ainda sobre os mais diversos assuntos: as qualidades do solo, da água, do ar e do clima. Emite opinião a respeito da alimentação, do vestuário, da educação, habitação, dos exercícios físicos, do asseio corporal e os cuidados que se deve ter para evitar o contágio de inúmeras doenças. No que se refere à higiene urbana, revelou uma grande preocupação sobre as precárias condições dos esgotos das cidades, da remoção e destinos dos lixos, do abastecimentos de água e da construção de edificações públicas, como teatros, cinemas, quartéis, prisões, mercados, matadouros, cemitérios etc.

Em 1924, Afrânio Peixoto é eleito deputado federal pela Bahia e, em 1932, tornou-se catedrático da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. No governo provisório de Vargas, atuou junto a Batista Luzardo que ocupava a chefia de Polícia, com a finalidade de elaborar uma proposta para reformar e modernizar as práticas policiais. Todavia, o projeto elaborado pela comissão da qual Peixoto integrou nunca foi implementado pelo Ministério da Justiça.⁴⁷

A Partir da década de vinte, a revista *Brazil-Medico*, vinculada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, voltava-se cada vez mais para publicação de artigos referentes ao combate às epidemias, à higiene pública, ao saneamento básico e a propagação das idéias eugênicas. Em 1921, Renato Kehl publicou na referida revista “A Esterilização sob o Ponto de Vista Eugênico”, no qual defendeu, de forma ardorosa,

esse “procedimento médico”. Depois de afirmar que a esterilização é um processo eugênico importantíssimo para “elevação sintomática e psíquica da espécie humana”, concluiu o artigo fazendo a seguinte argumentação:

1. A esterilização dá resultados na redução dos degenerados; estes resultados, porém, não são imediatos e só se farão sentir após muitos anos de uma execução perfeita e permanente. 2. A esterilização é um auxiliar poderoso da redução dos degenerados, mas isoladamente não resolve o problema da eugeniização da espécie. 3. Em suma, para a melhoria física, moral e intelectual dos nossos semelhantes, é necessário lançar mão da esterilização, sem prescindir, porém, da prática dos demais preceitos ditados pela eugenia positiva, preventiva e negativa.⁴⁸

Ainda na década de vinte, o ideal eugênico continuou a seduzir uma parcela significativa dos médicos psiquiatras brasileiros. Em janeiro de 1923, foi fundada, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) que congregava, além de médicos, educadores, juristas, empresários e políticos. A entidade era reconhecida como de utilidade pública e recebia subvenção federal para a execução de suas atividades. Para divulgar suas idéias e defender o “saneamento racial”, a liga mantinha uma revista própria, intitulada “Arquivos Brasileiros de Higiene Mental”, que começou a circular no ano de 1925.⁴⁹ A sede da LBHM no Rio de Janeiro funcionou como ponto irradiador para criação de outras ligas regionais, como a de São Paulo, Rio Grande do Sul e a de Pernambuco.

Durante a sua existência, a Liga montou laboratórios de psicologia aplicada, ambulatório de psiquiatria, consultório gratuito de psicanálise, aplicou testes psicológicos em escolas e fábricas, organizou várias semanas de combate ao alcoolismo, montou uma “Clínica de Eufrenia”, além de estabelecer contatos de assistência psiquiátrica com prefeituras.⁵⁰

No estatuto de sua fundação, estavam expressos os seguintes objetivos: a) prevenção das doenças mentais pela observação dos princípios de higiene geral e especial do sistema nervoso; b) proteção e amparo no meio social dos egressos dos manicômios e aos doentes mentais possíveis de internação; c) melhoria progressiva dos meios

de assistir e tratar os doentes nervosos e mentais em asilos públicos, particulares ou fora deles; d) realização de programa de Higiene Mental e Eugenia no domínio da atividade individual, escolar, profissional e social.

A liga também alertava contra outros perigos que ameaçavam os matrimônios eugenizados e a “raça” saudável brasileira, como a tuberculose, a lepra, as doenças venéreas, o suicídio e os vícios, especialmente o alcoolismo que contaminava as novas gerações. Os médicos consideravam o alcoolismo o *flagelo da humanidade*, pela sua periculosidade, uma vez que era responsável por inúmeras doenças, especialmente a cirrose e a nefrite, estados de “alienação mental”, assassinatos, furtos, destruição de lares, suicídios e brigas, além de provocar o nascimento de descendências degeneradas. Dessa forma, uma vasta propaganda foi realizada pela liga com o objetivo de informar a sociedade dos seus perigos e criar um sentimento de repúdio aqueles que, com frequência, faziam o uso do álcool.

Ainda no ano de 1923, com o objetivo de disseminar a propaganda eugênica no Brasil, Renato Kehl publicou o seu livro “Medicina Social e Eugenia”. Nesse trabalho, Kehl anunciou que a eugenia tinha muito que fazer no Brasil: “A nossa raça periclita... Olhe um pouco para o nosso povo e vereis como na sua maioria ele é mirrado, esquálido e feio”.⁵¹ Denunciou a excitação dos jovens da época pelo cinema, pela música (tango) e pelos vestidos transparentes, fatores, segundo ele, geradores de doenças sociais e de vícios que degeneravam a raça e infelicitavam a humanidade. Censurava o controle da natalidade, por meio de campanhas malthusianistas realizadas nos países considerados civilizados, afirmando que essa prática tendia diminuir a população “racialmente saudável”, aumentando proporcionalmente a quantidade de atrasados: “Se ela se expandir, grave risco de ameaçará a humanidade, (...) os povos atrasados como os negros aumentam, asfixiado, então pela superabundância destes – o tipo civilizado.”⁵²

Para Kehl, aos negros, deveria ser imposto um rígido controle da natalidade. Lamentava a inexistência de uma ampla campanha de puericultura antes do nascimento da criança, com o objetivo de evitar a morte prematura de recém nascidos. Sobre esse assunto, o psiquiatra faz o seguinte comentário um tanto quanto perverso:

Para as estatísticas mortuárias não serem tão assustadoras, é necessário educar os pais para porem no mundo crianças fortes e sadias e não bonequinhas de aparências enganosas cheias de vida, que só servem para encher os cemitérios.

Ainda em seu livro, defendeu a necessidade imperiosa de que, no Brasil, fosse criado um Direito Eugênico que pudesse estabelecer leis restritivas, com o objetivo de impedir o casamento de elementos “degenerados”, bem como a exigência de exames de sanidade dos nubentes. A decisão final da realização ou não do casamento caberia ao médico. Segundo Kehl, os códigos procuravam remediar o mal, mas não cuidavam de evitá-los:

O Direito eugênico será uma realidade num futuro não remoto, pois nos países que marcham na vanguarda do progresso, já vai dando frutos a campanha eugênica, e não tardará que se estabeleçam leis que protejam os nubentes e regulem a responsabilidade paterna na proliferação. Será, então estabelecido um exame pré-nupcial de defesa mútua.⁵³

O psiquiatra, em seu eugenismo radical, chegou a usar uma linguagem profética sobre o futuro do homem frente às reformas eugênicas:

Os homens serão formados de um físico e de uma moral perfeita. A saúde imperará, a sociedade tornasse-a organizada sobre as bases sólidas da Verdade e da Justiça, e o homem poderá dizer que, partindo do pecado original de Adão, peregrinara séculos e séculos para voltar de novo ao Paraíso. O Paraíso bíblico o homem destruiu, o paraíso terrestre o homem criará.⁵⁴

Esse discurso nos faz lembrar as alocações de líderes nazistas na Alemanha dos anos 30 e 40. No mesmo ano, Renato Kehl publicou *A cura da fealdade*, apoiado nas leis de Galton, propondo uma conformação fisiológica e estética dos indivíduos.

Em 1926, foi também fundada em São Paulo, por Pacheco Silva, a Liga Paulista de Higiene Mental que tinha como objetivo principal a divulgação dos princípios do eugenismo. A Liga paulista exercia suas atividades através de propagação dos princípios da higiene mental, por

meio de conferências, publicação de artigos e distribuição de folhetos, “muitos deles adaptados de similares americanos”.⁵⁵

Neste mesmo ano, os psiquiatras da L.B.H.M passaram a negligenciar os objetivos iniciais de proporcionar melhores condições de saúde e de assistência aos seus pacientes, para investir em projetos vinculados às práticas eugênicas. Essa orientação por parte dos membros da Liga sofreu alteração quando os médicos perceberam que a ação sobre os doentes nos estabelecimentos psiquiátricos não eram suficientes para resolver o problema dos portadores de distúrbios mentais e, assim, passaram a anunciar suas novas concepções de prevenções. A ação terapêutica deveria exercer-se no período pré-patogênico, ou seja, antes do aparecimento dos sinais clínicos. Esta concepção os levou a dedicar um maior interesse à prevenção da saúde mental. Daquele momento em diante, o alvo de curiosidade dos psiquiatras passou a ser o indivíduo normal e não o doente. Nessa perspectiva, o que interessava era a prevenção e não a cura.⁵⁶

Em 1927, o jornal carioca “O Globo” realizou uma consulta entre várias personalidades do Rio de Janeiro com a finalidade de colher opiniões sobre a necessidade de se criar um projeto estabelecendo o exame médico pré-nupcial. O assunto se manteve em evidência por várias semanas, gerando uma grande polêmica entre os cientistas e intelectuais. Esse debate, além de reforçar a propaganda das idéias eugênicas, vislumbrou, entre seus seguidores, a possibilidade de apresentarem, na Câmara Federal, um projeto regulamentando essa matéria. No mesmo ano, o médico pernambucano Amaury de Medeiros, que havia dirigido em Pernambuco o Departamento de Assistência e Saúde, em 1923, apresentou à Comissão de Justiça e Saúde da Câmara dos deputados um projeto de lei publicado no Diário Oficial de 6 de novembro de 1927, estabelecendo o exame médico pré-nupcial facultativo para menores e dispondo de certas exigências para realização do casamento. Segundo o artigo primeiro do projeto, se o pai, o tutor ou o curador de um dos nubentes o desejasse ou houvesse denúncia ao juiz, fundamentada por pessoa idônea, de que um dos noivos era portador de algum “defeito físico irremediável ou doenças transmissíveis ao outro cônjuge ou à prole” seria exigido do noivo um atestado médico. As doenças consideradas transmissíveis estavam assim relacionadas: tuberculose aberta, lepra,

sífilis contagiante, blenorragia, cranco venéreo, epilepsia confirmada, idiotia, imbecilidade e alienação mental.

O projeto previa ainda que o sigilo do denunciante poderia ser mantido pelo juiz, “reservando a si o julgamento da idoneidade do denunciante.” O exame médico seria realizado por um clínico indicado pelos noivos e aceito pelo juiz ou, na falta deste, por médicos escolhidos nos Serviços de Saúde Pública. Procurando respeitar o sexo feminino, o projeto do médico pernambucano estabelecia para as noivas um exame que “se limitara as praticas da clínica geral e às provas de laboratório, a menos que a gravidade da denuncia imponha a necessidade de provas ginecológicas”. O projeto de Amaury de Medeiros não teve andamento na Câmara Federal e foi recebido com ressalva por eugenistas radicais, como Renato Kehl, que queriam impor a obrigatoriedade do exame para todos.

Em 1928, a L.B.H.M reformulou seus estatutos de 1923 e destacou a importância da intervenção preventiva dos psiquiatras nos meios escolar, profissional e social. Nesse período, os médicos justificavam as mudanças efetuadas nos programas de higiene mental como uma decorrência dos avanços dos estudos médicos e das novas concepções eugênicas.

A “cruzada eugênica” tem continuidade quando em julho de 1929 foi realizado, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, situada na Praia Vermelha, o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, sob a presidência do Prof. Edgard Roquette Pinto e secretariado por Renato Kehl. O evento contou com a presença de médicos e de uma parcela significativa da intelectualidade brasileira, além de representantes de vários países da América Latina. Roquette Pinto, em seu livro “Ensaio de Anthopologia Brasileira”, ressaltou a importância dos debates travados no fórum do congresso entre os médicos considerados higienistas e os eugenistas. Estes últimos, em seus pronunciamentos, apontaram sempre para uma abordagem racista, onde a tônica do discurso era o melhoramento físico e mental do povo brasileiro.

No Congresso de 1929, foram ainda apresentados inúmeros trabalhos sobre as mais variadas temáticas, tanto no campo da higiene como no da eugenia, a saber: “Política Eugênica”, “Educação eugênica em Geral”, “Educação moral e eugênica”, “profilaxia do espiritismo”,

“Toxicomania”, “Da imigração européia para o Nordeste brasileiro”, “Feminismo e a raça” “Acordo conjugal e eugenia”, “Registro genealógico”, “O Alcoolismo e a Raça”, “Tipos Antropológicos”, “Pedagogia da Educação Psíquica”, “Esterilização eugênica dos criminosos”, “Imigração e Eugenia” “Estatística dos tarados no Brasil (cegos, surdos mudos, débeis mentais e atrasados, epiléticos, toxicômanos, alienados e vagabundos”.

O trabalho de Azevedo Amaral, “Imigração e Eugenia”, despertou uma grande atenção na platéia e provocou calorosos debates entre os participante do evento. Advogado e jornalista, conhecido por suas posições autoritárias e racistas, Azevedo Amaral apresentou um programa de dez pontos que incluía uma proposta no sentido de proibir toda e qualquer imigração não-branca. Posta em votação, o programa foi derrotado por vinte votos a dezessete. O congresso barrou ainda outra proposta de Azevedo Amaral que sugeria a proibição da entrada de imigrantes negros no país. Segundo Thomas Skidmore, a oposição ao programa de Amaral foi encabeçada por Roquette Pinto.⁵⁷

No final dos debates, os membros do congresso aprovaram um memorial (corpo doutrinal), com nove pontos, com o objetivo de oferecer aos políticos diretrizes para a criação de uma legislação eugênica, normalizando a entrada de imigrantes no país. O Primeiro ponto do memorial é bastante claro no que diz respeito às diretrizes do programa; Remeter ao Presidente da Republica, ao Congresso Nacional e aos governadores do Estado um alerta para os gravíssimos perigos da imigração *promiscua*, sob o ponto de vista dos interesses da raça e da segurança política e social da República. O Memorial finaliza alertando as autoridades públicas da União e dos Estados para que se exerça uma severa vigilância na seleção dos imigrantes. A dimensão e a repercussão do Primeiro Congresso de Eugenia, com suas propostas e discursos nada cordiais, sob o patrocínio e o beneplácito da Academia Nacional de Medicina, sinalizaram para um fortalecimento e uma radicalização do movimento eugênico no Brasil.

Em janeiro do mesmo ano, foi realizado em São Paulo o primeiro Concurso de Eugenia. A iniciativa partiu de dois engenheiros, os Drs. Pereira Macambira e Heitor Freire de Carvalho que, influenciados pelos médicos eugenistas brasileiros, resolveram premiar três crianças

brasileiras que mais se aproximavam do tipo eugênico ideal. Obtidos os recursos necessários para a realização do evento, foram estes entregues ao Dr. Cantídio de Moura Campos, presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia, para a realização do Concurso. Para sua realização, a Sociedade de Medicina e Cirurgia contou ainda com a expressiva colaboração do Diretor do Serviço Sanitário do Estado, Waldomiro de Oliveira.

Uma Política de Imigração Excludente

No século XX, os debates sobre a imigração de trabalhadores africanos e asiáticos foram retomados com grande intensidade, quando o deputado pernambucano Andrade Bezerra e o paulista Cincinato Braga apresentaram, no Congresso, um Projeto de Lei, em 1921, cujo artigo primeiro dispunha: “Fica proibido no Brasil a imigração de indivíduos humanos das raças de cor preta.” Dois anos depois, o deputado mineiro Fidélis Reis, ardoroso defensor das idéias de Gobineau, apresentou um outro projeto relativo à entrada de imigrantes, no qual o artigo quinto expunha: “É proibida a entrada de colonos da raça preta no Brasil e, quanto ao amarelo, será ela permitida, anualmente, em número correspondente a 6% dos indivíduos existentes no país.” Ambos os projetos foram rejeitados depois de acalorados debates e receberam críticas contundentes daqueles que lhes eram contrários, tanto no Congresso como na imprensa. Oliveira Vianna, inspirador do segundo projeto, consultado, fez a seguinte afirmação: era radicalmente contrário a imigração de negros para o Brasil.⁵⁸

Outras manifestações contra a vinda de imigrantes asiáticos e africanos ao Brasil continuaram sendo realizadas pelos médicos psiquiatras ligados às idéias eugênicas, que tiveram seus trabalhos de cunho racista publicados na revista da Liga Brasileira de Higiene Mental. Os médicos Renato Kehl e Xavier Pedrosa injuriavam os imigrantes não considerados europeus através da imprensa e da revista da instituição. É importante ressaltar que, apesar das posições fracamente racistas de Kehl e Xavier, essas idéias não representavam a totalidade do pensamento dos membros da Liga.

Durante a Assembléia Constituinte de 1933, um grupo de médicos eugenistas encontraram espaços nos fóruns de debates da constituinte

para discutirem e, em alguns momentos, imporem suas propostas no que se refere à restrição da entrada no Brasil de imigrantes considerados “indesejáveis”. Foram apresentadas emendas pelo médico sanitarista Artur Neiva, pelo presidente da Academia Nacional de Medicina Miguel Couto e pelo psiquiatra Xavier de Oliveira. Essas propostas de caráter racistas pretendiam, de forma explícita, proibir a entrada no Brasil de imigrantes da África e da Ásia no Brasil. A primeira emenda, proposta por Artur Neiva, de número 1.053, dispunha: “Só será permitida a imigração de elementos da raça branca, ficando proibida a concentração em massa, em qualquer ponto do país”. A emenda de Miguel Couto, de número 21E, estabelecia: “É proibida a imigração africana ou de origem africana e só consentida a asiática na proporção de 5% anualmente, sobre a totalidade de imigrantes dessa procedência existente no território nacional”; e, finalmente, a emenda de Xavier Pedrosa, de número 1.053, propunha: “Para efeito de residência, é proibida a entrada no país de elementos das raças negras e amarelas, de qualquer procedência.” Felizmente essas proposições foram derrotadas pelos deputados, entretanto passou a vigorar o sistema ardiloso de cotas de imigrantes por nacionalidade, cuja objetivo implícito era diminuir a entrada do grande contingente de migrantes nipônicos. Em 1934, o artigo 121 determinava que:

A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente migratória de cada país exceder, anualmente, o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados nos últimos cinquenta anos.

Além da vitória parcial dos eugenistas na Constituição de 1934, no que se refere à questão da imigração, os parlamentares, influenciados por tais idéias, incluíram, naquele ano, o artigo 145, o qual declarava que a lei regulamentaria a “apresentação pelos nubentes de provas de sanidade física e mental, tendo em atenção as condições regionais do país”. Na prática, esse artigo essencialmente nunca entrou em vigor.

Durante os primeiros anos do governo implantado por Getúlio Vargas, por meio do golpe de 10 de novembro de 1937, foi instituída uma série de medidas de cunho nacionalista que visava a “uma maior valorização do homem brasileiro”. Segundo Maria Luiza Tucci, Vargas,

em seus propósitos nacionalistas, deu ênfase aos seguintes pontos: 1. Idéia de homogeneidade racial 2. Mitologia do trabalho como fonte de riqueza e ordem social 3. Execução de uma política demográfica, colocada em prática através de uma política de restrições a imigração. Ainda segundo Maria Luiza, esse projeto se colocava contra os “inimigos” da pátria: as “raças inferiores” (incapazes de assegurar o progresso cultural); o “estrangeiro sem pátria” (inimigo externo); o “subversivo” (comunistas, anarquistas, bolchevistas, judeus); o “vagabundo”, o “parasita” ou o malandro avesso ao trabalho. É nesse momento que o discurso eugênico ganhou espaço entre uma parcela da intelectualidade brasileira, imbuída desse novo espírito nacionalista.⁵⁹

No dia 7 de setembro de 1938, durante as comemorações da “Semana da Pátria e da Raça”, Getúlio, em seu discurso de encerramento, além de fazer uma exaltação do povo brasileiro, reforçou a necessidade imperiosa de fortalecimento da raça com o objetivo de assegurar o “preparo cultural e eugênico das novas gerações”.⁶⁰

Ainda durante o seu governo, Vargas nomeou o médico Artur Neiva, adepto fervoroso da eugenia, como membro do Conselho de Imigração e Colonização. A partir de então, além dos negros, novos elementos passaram a ser enquadrados como indesejáveis. É o caso dos asiáticos, especialmente os japoneses, e os judeus que, sistematicamente, passaram a ser alvo de uma política anti-semítica por parte dos quadros do Estado Novo. Artur Neiva, em um artigo para a Revista de Imigração e Colonização, reafirmou o seu ponto de vista sobre a questão da entrada de estrangeiros no país, em um momento em que a política de imigração passou a ser uma questão de segurança nacional.

Devemos escolher o que desejamos que o Brasil seja sob o ponto de vista étnico dentro de alguns séculos. Quero crer nenhum brasileiro aspire a que, dentro de meio milênio, nossa civilização seja amarela ou negra... Julgamos que todos nos desejamos ser um *país de civilização branca* dentro de nossa tradição histórica.⁶¹

Ainda nos anos 30, os arautos da eugenia radicalizavam, cada vez mais, o discurso eugênico. Na época, vários psiquiatras da Liga Brasileira de Higiene Mental realizaram visitas profissionais à Alemanha com o objetivo de conhecer e analisar o seu sistema psiquiátrico e os laboratórios

de antropologia. Entre eles, os doutores Pacheco e Silva, Cunha Lopes e Henrique Roxo. Cunha Lopes, que realizava estágios diretamente em Berlim, sob a orientação do Prof. Rudin, diretor do Departamento Genealógico-demográfico do Instituto Alemão de Pesquisa Psiquiatra de Munique (Kaiser- Wilhelm Institut), na época havia sido encolhido pelo Ministério do Interior do Reich como o consultor oficial de questões de higiene racial. Assim, os doutores brasileiros demonstraram grande entusiasmo com a psiquiatria e as proposta eugênicas dos alemães.

Na época, foram publicados, nos Arquivos Brasileiro de Higiene Mental, vários artigos propondo a esterilização de pessoas “degeneradas” e, portanto, nocivas ao convívio social. Em 1931, o Dr. Alberto Farani, presidente da seção de cirurgia e sistema nervoso da L.B. H. M., advogava, de forma vigorosa, as vantagens dos procedimentos esterilizadores dos “degenerados” – a vasectomia para os homens e a tubercotomia para as mulheres. Ainda no artigo, rebate com veemência argumentos contrários a essas práticas, especialmente os utilizados pelos teólogos da Igreja Católica.

A esterilização impede a concepção prejudicial, fim da eugenia; em nada influi sobre o orgasmo, que mais importa ao individuo. A ambos satisfaz e, o que melhor é satisfaz-se a sociedade, impedindo um mal maior, fim da moral.⁶²

Na mesma revista, Renato Kehl escreveu “A Campanha da Eugenia no Brasil”, afirmando, de forma raivosa, que estava se tornando evidente a preocupação dos governos em encontrar soluções para abrigar e alimentar a grande porcentagem de “incapazes”, mendigos, criminosos e de “anormais de todos os gêneros” que, para ele, dificultava e onerava a “parte sã e produtiva da sociedade”. Para intensificar a propaganda eugênica, sugeriu a criação de uma Comissão Central Brasileira de Eugenia que funcionaria como centro de estudo e propaganda mais intensa e conectada com as principais associações eugênicas existentes na Europa e nos Estados Unidos, afinadas com os preceitos dos problemas da regeneração eugênica do homem.

O representante maior da Igreja católica na época, o papa Pio XI, rebateu as idéias eugênicas tendo em vista as possíveis intervenções

do Estado em assuntos da esfera da Igreja. Em sua Encíclica “Casti Connubii”, fez a seguinte afirmação:

A autoridade pública, não tem poder algum directo sobre os membros dos súbditos; e por isso nunca pode atentar directamente contra a integridade do corpo, nem por motivos «eugénicos» nem por quaisquer outros, senão houver culpa alguma ou motivo para aplicar uma pena cruenta.⁶³

No Brasil, os teólogos assumiram uma posição ambígua frente aos postulados eugênicos. O progresso do eugenismo radical preocupou as lideranças leiga e eclesiástica do catolicismo brasileiro que viam na eugenia o perigo de sua intromissão em pontos considerados chaves da Igreja: casamento, aborto, controle da natalidade etc. Tristão de Ataíde, um dos principais expoentes do pensamento da Igreja católica brasileira, apesar de reconhecer a importância da eugenia, resumiam a posição da mesma frente ao eugenismo radical.

Nós também não estamos satisfeitos com o que anda por aí. Também temos muito a “regenerar”. Também procuramos um caminho de evolução e de seleção. Mas não pelos mesmos processos. E antes nos opondo firmemente a alguns dos processos mais recomendados ou impostos pela nova religião eugênica. Para nós, a verdadeira eugenia só se faz em aliança com a verdadeira razão e com a verdadeira fé. Nós não andamos a procura de nenhuma nova religião. Não consentiremos que nenhuma ciência e nenhum poder civil invada o domínio que cabem a outro gênero de ciências e de outros gêneros de poder. Não somos nem anarquistas nem estadistas. Não julgamos que a vida sexual seja inteiramente livre. Mas também não aceitamos a ingerência do Estado onde ele não tem que intervir.⁶⁴

Entretanto, foi na Alemanha nazista dos anos 30 que as medidas eugênicas radicais, como a esterilização, foram decretadas, de forma rigorosa e impiedosa, e mereceram cuidados especiais por parte das autoridades governamentais. Em 1933, com a ascensão de Hitler ao poder, o Estado Nazista criou condições favoráveis para o franco desenvolvimento da ideologia eugênica em todo território alemão. Em 14 de julho de 1933, foi assinada por Hitler uma lei que permitia

a esterilização de “doentes transmissores de taras”, que passou a se aplicada à partir de primeiro de janeiro do ano seguinte à sua assinatura. Para os nazistas, a “melhoria da raça” poderia ser garantida tanto pela eliminação de “degenerados e portadores de anomalias” como também pela organização de raízes sistemáticas.

Os nazistas também se utilizaram de iniciativas do eugenismo positivo, a Lebensborn (fonte da vida). Essa organização, criada por Himmler em Dezembro de 1935, consistia em organizar a concepção de crianças “arianas”. A Lebensborn contou com oito maternidades e seis lares que tinham como objetivo criar e educar as crianças que apresentassem os padrões raciais estabelecidos pelos nazistas. Calcula-se que tenham passado pela instituição, aproximadamente, 92 mil crianças.⁶⁵ Durante a ocupação da Polônia, centenas de milhares de meninas com características arianas foram enviadas para morar com famílias alemãs, onde deveriam ser criadas até a puberdade, para depois serem fecundadas por elementos das SS. Cada jovem polonesa deveria ter três filhos, após o terceiro parto seriam sumariamente eliminadas. Os organismos encarregados desses procedimentos eram assessorados por médicos geneticistas alemães.⁶⁶

Em 1939, na Alemanha, tem início, em outubro de 1939, o programa de eutanásia (Gnadentod) – o “T4”. Essa operação foi responsável pela morte de 70 a 100 mil alemães portadores de “doenças incuráveis”, inclusive de cinco mil crianças. O “T4” visava à eliminação de pessoas consideradas portadoras de “doenças hereditárias sérias”, como esquizofrenia, epilepsia, desordens senis, retardamento, encefalite, idiotia, mongolismo (especialmente associado a cegueira e surdez), Coréia de Huntington, doenças neurológicas, microcefalia, hidrocefalia, seqüelas sífilíticas, paralisia resistente a terapia, má formação de vários tipos e paralisia em condições espásticas.⁶⁷ Afirmo Cytrynowicz que, aproximadamente, 30 instituições psiquiátricas foram utilizadas para esses assassinatos na Alemanha, Polônia e Áustria.⁶⁸ Posteriormente, ocorreram inúmeras denúncias e protestos por parte do clero alemão contra tamanha atrocidades.

Em janeiro de 1940, foi testada, na penitenciária de Brandenburg, a morte de doentes mentais através do monóxido de carbono. Pacientes em pequenos grupos e previamente dopados foram assassinados, até o ano

de 1941, em Grafeneck, Bradenburg, Bernburg, Hartheim, Sonnenstein e Hadamar, totalizando um número de 70.273. Em agosto de 1941, foram interrompidas as mortes por gás em Bernburg e em outras instituições penais alemãs, após os protestos de bispos, especialmente do bispo de Munique, Clemens August Von Galen, que, em sermões no púlpito da sua igreja, denunciou as atrocidades cometidas pelos nazistas. Os protestos tiveram certa eficácia: os centro de eliminação dos doentes mentais encerraram suas atividades, todavia teve início a “discreta eutanásia”, executada por meio de inanição, drogas (injeção intracardíaca de fenol) e de inoculação de bactérias nos doentes que acarretava infecções generalizadas.⁶⁹ Os funcionários e técnicos que trabalhavam nas câmaras de gás da operação “T4” foram transferidos para a operação “14f13”, que tinha como objetivo eliminar o “excedente” de prisioneiros alojados nos campos de concentração.⁷⁰

A política de uma intervenção eugênica radical na Alemanha foi, certamente, o primeiro pacto entre a genética e a barbárie. A matança de indivíduos em larga escala não cessou por aí: ciganos, polacos, russos e, posteriormente, os judeus foram mandados aos milhares para campos de concentração para serem “estudados” e mortos.

Em dezembro de 1941, frente às dificuldades do avanço das tropas nazistas na URSS, Himmler ordenou que uma comissão, formada por médicos, percorresse todos os campos de concentração, com o objetivo de eliminar os doentes e os “psicopatas” considerados incapazes para o trabalho. A partir de então, bastava ser idoso, doente, judeu, comunista ou homossexual para ser eliminado. Na primavera de 1942, entram em funcionamento as quatro imensas câmaras de gás de Auschwitz que podiam executar até dois mil prisioneiros de cada vez. Para camuflar as verdadeiras funções dos campos de extermínios, as autoridades alemãs procuraram não despertar entre os prisioneiros recém-chegados em vagões de carga qualquer suspeita sobre as suas reais atividades do campo.

Algumas câmaras de gás eram subterrâneas e cobertas com gramados e flores; outras ficavam ao nível dos crematórios, todas elas eram equipadas com chuveiros. No interior desses compartimentos, grandes portas de ferro se fechavam com um grande ruído e os prisioneiros, comprimidos e desconfiados, aguardavam que a água

caísse dos chuveiros. Do lado de fora, os guardas lançavam, nos tubos que levavam ao interior da câmara, cristais do cianido de hidrogênio ou Zyklon B. Depois de mortos, os corpos eram arrastados até vagões ferroviários para serem encaminhados até os fornos crematórios, onde eram consumidos pelo fogo. Todo esse processo era denominado pelas autoridades nazistas de Sonderbehandlung – *Tratamento Especial*. Outros campos de concentração, como Treblinka, Sobibor, Majdanek, Belsec, Chelmno, Dachu, Dora, Mauthausen, Ravensbrück, Sachhenhausen e Buchenwald, tornaram-se conhecidos por proporcionar aos prisioneiros políticos do Terceiro Reich terríveis condições de vida e a morte de milhões deles.

Ao fim do nosso estudo, chegamos a conclusão que nos remete a uma reflexão sobre o extraordinário desenvolvimento da genética nos séculos XX e XXI. Os cientistas e os intelectuais da época que defendiam as idéias eugênicas se pautavam em ações desprovidas de cientificidade para comprovar suas teorias e, ao mesmo tempo, direcionavam suas argumentações para diretrizes puramente ideológicas e racistas, camuflando, assim, as verdadeiras causas da condição humana. É preciso que assuntos dessa dimensão, que interferem diretamente na vida e na condição do homem, sejam discutidos de maneira honesta, verdadeira e abertos tanto no âmbito da medicina como de outros segmentos da sociedade para que, no futuro, não se repitam episódios que possam envergonhar a comunidade científica nacional e internacional. Isso não implica que devemos fechar os olhos ante os avanços e conquistas da bioquímica e da engenharia genética, que certamente conduziram a ciência a grandes soluções para as doenças consideradas hereditárias.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ Pichot. In: Sociedade Pura. Op. cit. p. 196. Citando. P. Weindling, L'Hygiène de la race, Tomo 1.

ATHAYDE, Tristão de – NOGUEIRA Hamilton. *Ensaio de Biologia*. Rio de Janeiro: Livraria católica, 1933.

BLACK, Edwin. *Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha dos Estados Unidos para criar uma raça dominante*. São Paulo: A Girafa, 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo na Era Vargas – Fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil. Um corte Ideológico*. Rio de Janeiro: Editora documento, 1976.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e Gestos: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Memórias da barbárie: história do genocídio dos judeus na segunda guerra mundial*. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

FARANI, Alberto. *Como evitar as proles degeneradas*. In: Arquivos Brasileiro de Hygiene Mental. Janeiro – Fevereiro, 1931. N. 1.

FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOULD Stephen Jay. *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, capítulo 5 – A teoria do QI hereditário.

GUCHTENEERE, Raúl. *A Limitação da Natalidade*. Braga: Livraria Cruz, 1958.

HAECKEL, Ernest. *Origem do Homem*. Lisboa: Livraria Lello & Irmãos, Editora, 1948.

_____. *As Maravilhas da Vida*. Portugal – Porto: Livraria Lello&Irmãos, 1946.

IGLÉSIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

JACQUARD, Albert. *Elogio da Diferença*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

KEHL, Renato. *A Esterilização sob o Ponto de Vista Eugênico*. Brazil - Medico. Ano XXXV- Vol.1 de 26 de março de 1921.

KROPS, S.P. *Manoel Bonfim e Euclides da Cunha: Vozes Dissonantes aos Horizontes do Progresso*. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, III (1) , 80-98.- Mar-Jun. 1996.

LE BOM, Custave. *Leis Psicológicas da Evolução dos Povos*. Rio de Janeiro: Editora Universus.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

LOBATO, J.B.M. *Mr. Slang e o Brasil e o Problema Vital*. (1918) São Paulo: Brasiliense. 1957.

LOUIS, AGASSIZ. *Viagem ao Brasil- 1865-1866*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Universidade de São Paulo, 1975.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

MILLER, A. George. *Psicologia a ciência da vida mental*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1964.

MOTA, Joaquim A. César, Lopes, Eliane M. teixeira, cóser, silvana m.l.- Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947): *Ensaio Bibliográfico*. In. A invenção do Brasil Moderno.

MOURA, Olegário. *Saneamento, Eugenia Civilização*. In. Gazeta - Clinica. São Paulo: Abril de 1918.

MULLER- HILL, Benno. *Ciência Assassina: como cientistas alemães contribuíram para eliminação de judeus, ciganos e outras minorias durante o nazismo*. Rio de Janeiro: Xenon Ed. 1993.

PEIXOTO, AFRÂNIO. *Higiene. Vol. II – Medicina Preventiva*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1931.

PENNA, Belisario. In. *Memórias do Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro - Manguinhos, 1916, tomo VIII.

PICHOT, André. *O Eugenismo - Geneticistas Apanhados pela Filantropia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

PIERRE, Darmon. *Médicos e Assassinos na “Belle Époque”: a Medicalização do Crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

POLIAKOV, Leon. *O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e do nacionalismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, Ed. da USP, 1974.

REIS, José Roberto Franco. *Higiene Mental e Eugenia: O projeto de “Regeneração Nacional” da Liga de Higiene Mental (1920-1930)*. Tese de Mestrado do Departamento de História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Os Espetáculos das Raças – cientistas, instituições questão racial no Brasil. (1870-1930)*. Cia. Das Letras, 1995.

TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro: Introdução a um programa de Organização Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *Interpretação da Realidade Brasileira. – Introdução a Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1969.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Série V- Brasileira – Vol. VIII, 1933.

Notas

¹ PICHOT, André. *O Eugenisimo - Geneticistas Apanhados pela Filantropia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. p, 12.

² MILLER, A. George. *Psicologia a ciência da vida mental*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1964, pp. 165-166

³ POLIAKOV, Leon. *O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e do nacionalismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, Ed. da USP, 1974, P. 285. Citando Francis Galton em *Hereditary Genius*, Londres, 1869, pp. 336-350.

⁴ PIERRE, Darmon. *Médicos e Assassinos na “Belle Époque”: a Medicalização do Crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 195.

⁵ George Miller. op. cit. p. 172

⁶ JACQUARD, Albert. *Elogio da Diferença*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 151

⁷ Sobre o movimento eugênico norte-americanos ver: BLACK, Edwin. *Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha dos Estados Unidos para criar uma raça dominante*. São Paulo: A Girafa, 2003.

⁸ GOULD Stephen Jay. *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, capítulo 5 – A teoria do QI hereditário.

⁹ André Pichet. Op. cit. pp. 55-56. In: *Relatório do Laboratório Psicopático do tribunal Municipal de Chicago, 1922* citado por Haldane, pp. 2-3

¹⁰ GUCHTENEERE, Raúl. *A Limitação da Natalidade*. Braga: Livraria Cruz, 1958, p. 118

¹¹ André Pichot. Op. cit. p. 143

¹² André Pichot. Op. cit. p. 23

¹³ RICHET, Charles. *La Sélection humaine*. Paris: Alcon, 1919.

¹⁴ André Pichot. Op. cit. p. 51

¹⁵ LEON Poliakov. Op. cit. pp. 287- 291

¹⁶ ANDRÉ Pichot. In: *Sociedade Pura*. Op. cit. p. 196. Citando. P. Weindling, *L’Hygiène de la race*, tomo 1, p. 254.

¹⁷ HAECKEL, Ernest. *Origem do Homem*. Lisboa: Livraria Lello & Irmãos, Editora, 1948 p. 40.

¹⁸ HAECKEL, Ernesto. *As Maravilhas da Vida*. Portugal – Porto: Livraria Lello&Irmãos, 1946, p. 123

¹⁹ Gould. Op. cit. p. 34

- ²⁰ LOUIS, AGASSIZ. *Viagem ao Brasil- 1865-1866*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Universidade de São Paulo, 1975, p. 164.
- ²¹ LE BOM, Custave. *Leis Psicológicas da Evolução dos Povos*. Rio de Janeiro: Editora Universus.
- ²² LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983, p. 202.
- ²³ Recenseamento do Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: TYP. da Estatística. 1922. P. 328.
- ²⁴ VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Série V- Brasileira – Vol. VIII, 1933.
- ²⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Os Espetáculos das Raças – cientistas, instituições questão racial no Brasil. (1870-1930)*. Cia. Das Letras, 1995.
- ²⁶ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e Gestos: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)dição no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p. 274.
- ²⁷ Kehl. Lições de eugenia. Op. cit. p. 190.
- ²⁸ Idem. op. cit. p. 194.
- ²⁹ COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil. Um corte Ideológico*. Rio de Janeiro: Editora documento, 1976, p.15.
- ³⁰ IGLÉSIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981, p. 97.
- ³¹ TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro: Introdução a um programa de Organização Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- ³² KROPS, S.P. *Manoel Bonfim e Euclides da Cunha: Vozes Dissonantes aos Horizontes do Progresso*. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, III (1), 80-98.- Mar-Jun. 1996, p. 91.
- ³³ *Anais do Primeiro Congresso Médico de Pernambuco de 1909*. Recife: Off Typ do Diário de Pernambuco, p. 36.
- ³⁴ Idem. p. 142.
- ³⁵ Idem. 142.
- ³⁶ Pierre Darmon. Op. cit. p.42.
- ³⁷ Morel, Traité des dégénérescences. In: Robert Castel. *A Ordem Psiquiátrica: a idade do ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978, p. 262.
- ³⁸ FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 402.
- ³⁹ Idem. p. 399.
- ⁴⁰ PENNA, Belisario. In. *Memórias do Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro- Manguinhos, 1916, tomo VIII, p.221
- ⁴¹ Idem. p. 175.
- ⁴² LOBATO, J.B.M. *Mr. Slang e o Brasil e o Problema Vital*. (1918) São Paulo: Brasiliense. 1957.
- ⁴³ DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 102.

- ⁴⁴ LOBATO, Monteiro. *A onda verde o presidente negro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964, p. 323.
- ⁴⁵ MOURA, Olegário. *Saneamento, Eugenia Civilização*. In: *Gazeta - Clinica*. São Paulo: Abril de 1918, pp. 56-57
- ⁴⁶ PEIXOTO, AFRÂNIO. *Higiene. Vol. II – Medicina Preventiva*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1931, p. 24.
- ⁴⁷ MOTA, JOAQUIMA. CÉSAR, LOPES, ELIANE M. TEIXEIRA, CÓSER, SILVANA M.L.- Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947): *Ensaio Bibliográfico*. In: *A invenção do Brasil Moderno*. Op. cit. pp. 147-179.
- ⁴⁸ KEHL, Renato. *A Esterilização sob o Ponto de Vista Eugênico*. *Brazil - Medico*. Ano XXXV- Vol.1 de 26 de março de 1921. p.156.
- ⁴⁹ REIS, José Roberto Franco. *Higiene Mental e Eugenia: O projeto de “Regeneração Nacional” da Liga de Higiene Mental (1920-1930)*. Tese de Mestrado do Departamento de História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 1994. P. 49.
- ⁵⁰ Idem.
- ⁵¹ Kehl, In: *Medicina Social e Eugenia*. Op. cit. p. 125.
- ⁵² Idem. Op. cit. p. 48.
- ⁵³ Ibidem pp. 49-50.
- ⁵⁴ Kehl. Op. cit. p. 56.
- ⁵⁵ MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994, p. 59.
- ⁵⁶ Jurandir Freire. Op. cit. p. 13
- ⁵⁷ E. Thomas Skimore. Op. cit. p. 217
- ⁵⁸ TORRES, João Camilo de Oliveira. *Interpretação da Realidade Brasileira. – Introdução a Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1969, pp. 90-91.
- ⁵⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo na Era Vargas – Fantasmas de uma geração (1930-1945)* São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, pp. 138-139.
- ⁶⁰ VARGAS, Getúlio. “*Conceito de Pátria e de Raça*” in: *Ideário Político de Getúlio Vargas*. Seleção e Comentários de Raul Guastini; prefacio de Osvaldo Orico. São Paulo, 1943, pp. 101-104.
- ⁶¹ NEIVA, A H. “O problema Imigratório”. *Revista de Imigração e Colonização*, IV. Dez. 1943. pp. 509-510. In Maria Luzia Tucci Carneiro. op. cit. pp. 152-153.
- ⁶² FARANI, Alberto. *Como evitar as proles degeneradas*. In: *Archivos Brasileiro de Higiene Mental*. Janeiro – Fevereiro, 1931. N. 1. pp. 169-179.
- ⁶³ CARTA Encíclica Casti Conubii do Papa PIO XI. Sobre o matrimônio cristão.
- ⁶⁴ ATHAYDE, Tristão de – NOGUEIRA Hamilton. *Ensaio de Biologia*. Rio de Janeiro: Livraria católica, 1933, p. 33.
- ⁶⁵ Pichot. Op. cit. p. 196
- ⁶⁶ Albert Jacquard. Op. cit. p. 150

⁶⁷ CYTRYNOWICZ, Roney. *Memórias da barbárie: história do genocídio dos judeus na segunda guerra mundial*. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 53.

⁶⁸ Idem. p. 54

⁶⁹ MULLER- HILL, Benno. *Ciência Assassina: como cientistas alemães contribuíram para eliminação de judeus, ciganos e outras minorias durante o nazismo*. Rio de Janeiro: Xenon Ed. 1993, p. 26.

⁷⁰ Cytrynowicz. Op. cit. p. 56.